

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

TACIANA DE SOUSA SILVA

A RELAÇÃO DA MÍDIA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

TACIANA DE SOUSA SILVA

A RELAÇÃO DA MÍDIA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

S586r Silva, Taciana de Sousa.
A relação da mídia com a população em situação de rua. /
Taciana de Sousa Silva. – Miracema, TO, 2021.
61 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.
Orientadora : Rosimeire dos Santos
1. População de rua - Reportagens. 2. Políticas sociais e
inclusão/exclusão social. 3. Estado brasileiro - Políticas sociais. 4.
Assistência social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TACIANA DE SOUSA SILVA

A RELAÇÃO DA MÍDIA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos.

Data de Aprovação: ____/____/_____.

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Rosemeire dos Santos – Orientadora, UFT.

Prof.(a) Dr. João Nunes da Silva – Examinadora, UFT.

Prof.(a) Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas – Examinadora, UFT.

Dedico esse trabalho para todas as pessoas que torceram pela minha vitória, a minha orientadora por toda paciência e incentivo nesse processo de construção, muito obrigada por contribuírem para esta realização.

Todo sucesso é fruto de um grande trabalho em equipe.

Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que de alguma forma colaboraram para que acontecesse a efetivação do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Agradecendo a Deus, por ter permitido a capacidade de enfrentar os inúmeros obstáculos na qual enfrentei nesse caminho.

A minha família de origem que mesmo indiretamente fez muito para que eu conseguisse chegar até aqui. E a família de acolhida de Miracema-TO apoiando meu processo de estudo.

Meus agradecimentos a minha orientadora Dra. Rosemeire dos Santos, muito obrigada pela atenção e dedicação. Ressaltando que as dificuldades existem e como professora e orientadora fez de tudo para que fizéssemos um trabalho de qualidade.

Dedico também aos meus amigos\as que estiveram comigo nessa caminhada desde o início, passamos por muitas situações complexas na qual nos auxiliávamos uns aos outros. Agradeço a minha turma de 2016.1 onde estão inclusas todas as pessoas que fizeram parte dessa trajetória.

Em especial minhas amigas Patrícia Pinheiro, Joselda Lopes de Melo e Edilene Almeida, que foram pessoas que a universidade me entregou de presente, juntas passamos por tantas dificuldades, porém com a união e a força de todas, foi possível enfrentar os medos e desafios. Ressaltando que são pessoas extraordinárias e que merecem o mundo, vocês são parte de minha família.

Sendo assim obrigada a todos que fizeram presente em minha vida mesmo que distante, muito obrigada pela torcida e por todas as palavras de incentivo.

“A rua, concreta, e discreta...
nos mostra a frieza da sociedade
e a tristeza de um povo esquecido”...

(trecho do poema “A Rua” de Mariana
Zayat Chammas).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer o tratamento da mídia sobre a População em Situação de Rua, ou melhor dizendo, a “falta de notícias”, uma vez que, essa população é invisível aos olhos do Estado e da sociedade. Os objetivos específicos consistem em sistematizar notícias escritas sobre a mesma, refletindo em relação a sociedade capitalista e no contexto pandêmico, analisando o tratamento da mídia no que diz respeito a essa população. O trabalho em questão traz uma análise sobre os riscos sociais, a ausência de políticas de proteção eficazes, e os meios de vida e sobrevivência para a população em situação de rua. Fazendo ainda uma contextualização sobre o escravismo colonial até aos dias atuais, destacando a pobreza, a desigualdade e o racismo, como um fator que aumenta as expressões e manifestações da questão social. E se tratando do período do escravismo é possível fazer uma análise do por que, da existência de tantas desigualdades. No entanto é perceptível que ainda é fruto de um período escravista, em que manter a ordem e a imposição era essencial para o “bom” funcionamento da sociedade.

Palavras-chaves: População de rua. Políticas sociais e inclusão/exclusão social.

ABSTRACT

The present work has as general objective to know the treatment of the media in relation to the news about the Population in Homeless Situation, or better saying, the “lack of news”, since this population is invisible to the eyes of the State and the society. The specific objectives are to systematize written news about it, reflecting in relation to capitalist society and the pandemic context, analyzing the treatment of the media with regard to this population. The work in question brings an analysis of the social risks, and the means of survival that this population finds, making a contextualization of the slavery period to the present day in which poverty, inequality and prejudice are interconnected. In the case of the slavery period, it is possible to analyze why, the existence of so much prejudice. However, it is noticeable that it is still the result of a slavery period in which maintaining order and imposition was essential for the “good” functioning of society.

Keywords: Homeless population. Social policies and social inclusion/exclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL E A RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	13
2.1 Os Primeiros Movimentos Sociais em Defesa da População em Situação de Rua	22
2.2 Particularidades do Brasil e o Viver nas Ruas	24
2.3 Os danos Causados à Saúde da População Negra em Virtude de Sua Trajetória de Exploração.....	29
3 O OLHAR DA MÍDIA	33
3.1 Proteção Social e a pandemia: Os Reflexos que Afetam a População em Situação de Rua	44
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	50
4.1 Apresentação e Análise dos Resultados	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

A População em Situação de Rua na sociedade brasileira, busca sobreviver em um país capitalista dependente e periférico que tem em sua construção sócio-histórica marcas de um capitalismo escravista, patriarcal e sexista, que resulta em grandes barreiras a garantia dos direitos sociais e a democracia.

O processo sócio-histórico do modo de produção capitalista tem sido marcado pelas relações de exploração da classe trabalhadora pelos detentores do capital, e essas transformações tem contribuído para o aprofundamento do desemprego e o empobrecimento dessa classe, aumentando assim as expressões e manifestações da questão social, a exemplo a população em situação de rua.

O modo de produção capitalista historicamente tem exigido a precarização do trabalho como condição para sua própria reprodução. Em linhas gerais, as crises e as constantes configurações capitalistas aprofundam as desigualdades e as manifestações da questão social¹, como por exemplo o surgimento da população em situação de rua, que é resultado da relação desigual entre capital e trabalho.

Essa população composta por trabalhadores, desempregados, ou que desenvolvem ocupações no mercado informal, sendo o desemprego um dos principais motivos que conduzem homens e mulheres a estarem em situação de rua.

Fazendo uma contextualização do neoliberalismo, que surgiu para precarizar as políticas públicas, e dificultar ainda mais a vida da classe trabalhadora.

Governos neoliberais eram contra políticas públicas porque argumentavam que a população se tornaria muito dependente do Estado por causa das políticas públicas e sendo assim também ia sobrecarregar o Estado e iria também desestimular este cidadão de recorrer ao mercado para seu alto sustento. (ALVES, 2012, p. 16).

Não se esquecendo de que em uma sociedade capitalista a responsabilidade do progresso e prosperidade é individual, e ainda o Estado está como agente regulador e incentivador do mercado, e não como provedor de proteção social à população.

¹ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p. 16, 17).

É evidente que o Estado contribui para que o índice da População em Situação de Rua aumente, uma vez que, a intervenção não é totalmente eficaz no sentido de retirar as pessoas de tal condição.

Cabe ao Estado efetivar Políticas Sociais² voltadas para a população em situação de rua, na qual propicie ações que melhore as condições de vida desse segmento populacional. Pois na sociedade capitalista, em que a prioridade e a valorização são do capital e da mercadoria, coloca os indivíduos e as famílias em diversas privações, incluindo o direito à moradia.

Baseado em Silva (2018), que traz a história do Brasil, e os dias atuais, sendo marcada por diversas expressões e manifestações da questão social, que provém das desigualdades e contradições acentuadas pelo capitalismo, e tem como principal característica a contradição entre capital e trabalho.

Dentre as expressões e manifestações da questão social destaca-se a ausência de habitação popular que resulta na População em Situação de Rua, em que indivíduos e famílias que vivem nessa situação estão expostos a ausências de condições adequadas de vida e sobrevivência.

Esta é uma questão a ser discutida, como suprir as necessidades de um ser humano, se ele não tem trabalho. Por que essa é a realidade de grande parte da população, o desemprego.

O trabalho ora apresentado tem como objetivo conhecer o tratamento da mídia sobre a População em Situação de Rua, e propondo reflexões, no contexto da sociedade capitalista. A construção se baseou a partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, na qual utilizamos reflexões de autores e pesquisadores sobre o assunto. Seguindo de um levantamento do acervo jornalístico escrito, dos principais veículos de informação no Brasil sobre a População em Situação de Rua.

O trabalho será dividido em três capítulos com subitens sendo que o primeiro traz a escravidão no Brasil e a relação com a população em situação de rua, se dedicando em apresentar uma breve trajetória do escravismo colonial, abrangendo o surgimento dos primeiros movimentos sociais em defesa da população em situação de rua, e ainda faz uma análise sobre as particularidades do Brasil e o viver nas ruas,

² A política social é duplamente conquista dos trabalhadores e instrumento do Estado capitalista. Porém, é importante ressaltar que foi a partir do aparecimento da Política Social, que os direitos coletivos foram garantidos, contudo, torna-se necessário discutir como os mesmos são efetivados e legitimados nos tempos atuais e para quem essa política está configurada. (VIEIRA, 2004, p. 2).

trazendo uma reflexão de como ficou a população negra após a abolição, ainda se dedica em apresentar os danos causados à saúde da população negra em virtude de sua trajetória de exploração.

O segundo reflete o olhar da mídia, e como a mesma se posiciona em relação a população em situação de rua, destacando ainda como sua influência reflete na sociedade, abrangendo seus pontos positivos e negativos. Destacamos também a proteção social e a pandemia e seus reflexos, uma vez que com a crise do coronavírus, a população em situação de rua são os mais vulneráveis e sem meios de se protegerem.

No terceiro temos os procedimentos metodológicos, abordando como se desenvolveu a pesquisa, delimitando o período de coleta de dados. Em seguida a apresentação e análise dos resultados que é uma análise a partir do material coletado. E para finalizar trouxemos as considerações finais, que é uma reflexão de tudo que será abordado no trabalho.

2 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL E A RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Brasil possui marcas históricas no seu processo de eurocolonização e exploração de recursos naturais, que incidiu sobre a utilização da mão de obra escravizada, principalmente da população negra. E o processo de escravismo colonial é uma marca que incide na análise da sociedade brasileira contemporânea, a obra de Schwarcz e Starling (2015) possibilitou algumas reflexões para esse trabalho.

O período de produção agrícola com a utilização de mão de obra escravizada, a população negra era tratada pelos senhores, dono das fazendas, como mercadorias, ou seja, foram afastados de todos os seus vínculos sociais, desde a chegada dessa população em terras brasileiras, os vínculos de amizade, familiares eram ignorados, quando trocados ou vendidos para os trabalhos nas fazendas e casas grandes pelo Brasil todo.

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos, mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão- e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos. A fuga nem sempre levava a formação desses grupos. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres. (REIS; GOMES, 1996, p. 9).

E nesse processo de resistência que a população negra escravizada, jamais abriu mão de sua liberdade e autonomia de suas vidas. Na busca por sobrevivência e resistência as condições impostas por seus exploradores criaram entre si laços de solidariedade, afetos religiosos, no intuito de se protegerem contra as violências dos senhores, e seus capatazes, e buscavam a todo momento estratégias de resistência contra o trabalho forçado, negando-se a exercer certas tarefas, ou apenas contrariando as vontades dos senhores, nesse sentido as formas violentas de castigos tornaram-se cotidianas.

As resistências aconteceram de diversas formas, como a opressão e violência dos senhores, sob a população escravizada, que resistiram individual ou coletivamente e com a fundação dos quilombos puderam ter possibilidade de organização para as fugas nas senzalas, numa tentativa de recomeçar a vida, lutando

por condições dignas de sobrevivência, todavia ainda vivendo em fuga dos feitores e dos fazendeiros, que viviam em busca dos negros e negras, pois os viam como mercadorias, e com as fugas visualizavam como prejuízos.

Diante de um cenário de violência e explorações, a consequência que se apresenta é um número expressivo de assassinatos entre feitores, capatazes e senhores, mas principalmente da população negra escravizada, que como mercadoria era simplesmente repostas.

As primeiras notícias históricas sobre o aparecimento dos quilombos são de meados do século XVI como um local de refúgio das pessoas que foram escravizadas, que fugiam das fazendas e de todas as formas de exploração e violências a que eram submetidos. A população negra que vivia nos quilombos sobrevivia com as plantações feitas nas matas, seja do “milho, mandioca, feijão, fumo, batata-doce, a seus criatórios de galinhas”.

Todavia, nem toda população negra escravizada conseguia se refugiar nos quilombos, e ainda se sentiam amedrontados, ameaçados pelos senhores e capatazes, e como consequência de toda violência vivenciada pela população negra, muitos indivíduos se suicidaram.

Na lógica de escapar da extrema violência de castigos físicos ou morais e reforçando a vontade pela liberdade, despertou nos senhores construir uma maneira de controlar os escravos mantendo assim a ordem escravista.

A população negra que foi escravizada era submetida a prática de castigos e punições severas e desumanas, como a chibatadas e até mesmo dos atos de mutilação para que servisse de aprendizado tanto para o mutilado quanto para os outros que viessem a fazer algo contra a ordem dos senhores.

Santos, (2012) sobre sua análise da Questão Social, apresenta dados e traços, afirmando que a sociedade brasileira está marcada pelo escravismo da população negra. Trata-se de trabalhadores, explorados e sem direitos, tentando sobreviver a um regime autoritário. E nesse processo de exploração do trabalho que tornou possível a acumulação primitiva³ para o capitalismo, na qual obtinham o lucro em cima da mão de obra escravizada.

³ Acumulação primitiva em Marx é tratada como um ato originário que permite observar o movimento do capital não como um círculo vicioso em que dinheiro é transformado em capital e que, por meio desse, se faz mais-valia e vice-versa. (GONÇALVES, 2017, p. 23).

A relação capital e trabalho aprofundam as desigualdades sociais, uma vez que essas relações exploram os trabalhadores, beneficiando apenas o dono do grande capital. Segundo Santos (2012) no período colonial a escravidão e a servidão foram postas como necessária para a produção em grande quantidade, período esse, denominado como desenvolvimento do capitalismo, para a comercialização no mercado internacional.

E a colonização foi um “importante” processo de acumulação primitiva para o capitalismo. Através de exploração do trabalho escravizados, adaptando-os para o objetivo do capitalismo. Tendo em vista o baixo custo do trabalho, visando ainda um grande potencial de extrair o lucro da produção.

A lei da abolição do uso do trabalho escravo foi resultado de um processo lento e de muitas lutas, e resistências dos escravizados. Todavia, isso não significou a eliminação de situações de trabalho escravo.

O processo considerado abolicionista no Brasil ganha força em meados de 1870, e nesse processo lento e gradual a “libertação” da população negra foi segmentada por várias leis, inicialmente a “Lei do Ventre Livre”, que permitia aos filhos de pessoas escravizadas nascidos a partir de 1871 seria considerado livres, porém era o dono do escravo que escolhia entre ficar com eles, ou não, mesmo a lei colocando que os cuidados deveriam ser garantidos à criança junto com a mãe até os oito anos, e posteriormente os senhores o escravizavam até os 21 anos, podendo também entregar para o governo, recebendo uma indenização por isso. E 14 anos depois uma outra lei é, sancionada, a dos “Sexagenários” de 1885 na qual concedia alforrias à população negra escravizada com idade superior a 60 anos.

[...] O que fica evidente do conhecimento dessa legislação é a preocupação fundamental da classe dominante na criação do mercado de trabalho. Não há nela nenhuma preocupação com os escravos, o legislador estava preocupado com os senhores e não com os escravos. Libertar sexagenários, realmente, e proclamar tal disposição como benemerência é supor que as pessoas perderam o hábito de raciocinar. A derrocada do escravismo correspondeu a uma necessidade histórica, correspondeu aos avanços das relações capitalistas [...]. (SODRÉ, 1990, p. 69).

Houve resistência para acabar com o regime do trabalho escravo, pois estava ligado diretamente a extração do lucro pelo capital comercial, na qual sua base era composta pela exploração da força de trabalho, possibilitando-os a acumulação.

Portanto, foi em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que a “liberdade” foi finalmente alcançada. Esta lei, assinada pela princesa Isabel, abolia de vez a

escravidão no Brasil. Porém há relatos de que a escravidão foi abolida não por um gesto de bondade da princesa, e sim por uma intensa mobilização popular que pressionou a monarquia brasileira, e dentro de uma lógica mercantil capitalista, de ampliar o mercado consumidor, apoiados nas concepções de liberais de trabalhador livre.

Após a abolição, a vida da população negra do Brasil continuou muito difícil. O Estado brasileiro não se preocupou em oferecer condições para que os libertos do sistema de exploração escravista pudessem ser integrados no mercado de trabalho formal e assalariado.

Ainda Santos, (2012, p. 111) destaca que para a burguesia capitalista, o fim da escravidão significava a liberação da mão de obra. [...] Isso também resulta no mercado de consumo interno, e principalmente em termos políticos, no fim da hegemonia da classe escravista [...].

Fernandes (2008), faz uma análise a respeito do processo de pós abolição na cidade de São Paulo, no final do século XIX e início do XX, onde houve uma migração de negros e mulatos para as áreas urbanas, à procura de melhorias. Porém o bairro que se formava era essencialmente burguês, portanto, de mentalidade mercantil. Período esse que estava acontecendo a imigração dos europeus (brancos) para a cidade. Os grandes capitalistas viam nos imigrantes novas possibilidades de superar o atraso brasileiros em relação ao trabalho. Visando o processo de branquização da população, que seria o cruzamento entre brancos e negros.

Muitos indivíduos de pele mais clara e de condições socioeconômicas melhores irão mudar de categoria racial e, algumas vezes aceitos, inclusive, em relações matrimoniais pelos brancos. Finalmente, e não menos importante, a discrepância das informações sobre a cor das crianças nos registros de nascimento. Muitas crianças mulatas eram declaradas como brancas ao nascer, mas os óbitos continuaram sendo fiéis à cor dos indivíduos. (FERNANDES, 2008, p. 249).

Ao se depararem com uma nova realidade, os negros não se submetiam a trabalhos que lembrassem o seu passado, e por outro lado os senhores se recusavam a se relacionar com os indivíduos que foram escravizados, como sendo homens livres. [...] Essas novas relações irão causar muitos sofrimentos na adaptação dos recém-libertos negros e mulatos às novas circunstâncias para as quais foram irreversivelmente empurrados. Não havia mais um lugar para eles; sua importância acabara com o fim da escravidão.

Esses desentendimentos acarretaram vários problemas, principalmente para os negros e mulatos. Já que os produtores consideravam os imigrantes europeus como opção para a força de trabalho [...] que, por sinal, eram seus preferidos por motivos, como: estarem mais afeitos aos trabalhos livres, e por demonstrarem responsabilidades no cumprimento das cláusulas contratuais, conhecimento técnico superior, e serem acostumados com o modo de produção capitalista na Europa. Os negros, por seu lado, não compreendiam aquela nova lógica de trabalho.

Portanto os negros lutavam por um espaço na sociedade, já que:

O Estado, por sua vez, não propôs nenhum plano de assistência que visasse à inclusão dos ex-cativos na nascente sociedade de classes. Eles precisavam competir com a quantidade de libertos existente, com o “inimigo” imigrante mais bem estruturado, contra o preconceito que decaía sobre seus ombros pela sua recente história de escravidão e, principalmente, pelo seu habitus, mediante a socialização, a que fora submetido. (FERNANDES, 2008, p. 250).

Aos poucos os estrangeiros foram ocupando espaço no mercado de trabalho, pois estavam preparados para obter posições, inclusive fazer fortuna, enquanto os negros e mulatos continuavam perdidos por várias décadas.

Eles haviam sido expropriados de sua condição de dependentes e, submissos, recebido o peso de seu destino, mas não os meios para lidar com essa realidade. Sua única direção foi à marginalização, diante do desamparo real. Incorporar-se à escória do operariado urbano ou procurar no ‘ócio dissimulado’, na ‘vagabundagem sistemática’ ou na ‘criminalidade fortuita’ meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre” (FERNANDES, 2008, p. 250).

Em 1891 é celebrado a Constituição Federal, na qual possibilitava o direito a igualdade jurídica a todos os brasileiros, porém não existia meios para que a democracia fosse de fato realizada. Então nesse sentido a igualdade jurídica não significava muito para os negros, que continuavam sofrendo a desigualdade real e cruel.

Vindos de uma realidade totalmente opressora, as pessoas que haviam sido escravizadas, não se acostumavam com o modelo de sociedade capitalista que se desenvolvia rapidamente.

O cativo sempre representou um perigo constante; por esse motivo, fora afastado continuamente de qualquer “florescimento da vida social organizada” e, conseqüentemente, afastado da preparação necessária para sua futura imersão em uma sociedade urbana com características competitivas, onde não era ator protagonista e, talvez, nem mesmo coadjuvante. E como liberto não estava consciente de como agir e formar um

querer coletivo. Viu então sua forma cultural ser calada, pervertida pelo branco diante de seus olhos e não possuía força suficiente para proteger-se. (FERNANDES, 2008, p. 251).

Após a abolição o chamado “elemento negro” que eram as pessoas escravizadas da casa grande tinham dificuldades de se encaixarem na sociedade, se mantendo de ocupações temporárias. As mulheres trabalhavam como domésticas, outras como lavadeiras, engomadeiras e costureiras, destacado por Fernandes (2008) como “servidão disfarçada”.

Os homens em suas horas vagas começaram a se encontrar em grupos nos botequins, terrenos baldios e bares em geral, para fazer a utilização de bebidas alcóolicas de forma frequente, levando muitos negros ao alcoolismo. No entanto esses encontros serviam para que juntos compartilhassem seus momentos de tensão vivenciados pelos mesmos.

Ainda Fernandes (2008), com a proximidade das moradias na cidade, surgiram novos problemas, como por exemplo a violência sexual de meninos e meninas, aparecendo assim um alto índice de mães solteiras, (consequência de abusos sexuais), além de doenças venéreas entre adultos e crianças. As crianças por presenciarem a vida sexual muito cedo, acabam que sua vida sexual seja precoce, por volta dos cinco e seis anos. “E nem sempre eram somente as crianças entre si, mas houve muitos abusos de meninos e meninas com relações heterossexuais e homossexuais”

Os adultos (homens e mulheres), frutos daquele meio desestruturado, eram empurrados para o estilo de vida “não-ordeiro”. Roubos, prostituição, vagabundagem acabavam sendo solução imediata dos problemas financeiros que a grande maioria tinha que carregar durante toda a vida. Aqueles que se aventuravam nesse caminho eram, geralmente, jovens audaciosos, que conseguiam romper com a ordem social excludente. Muitos conseguiam êxito rápido e essa era a recompensa esperada. (FERNANDES, 2008, p. 252).

Fernandes (2008) ainda afirma que o estilo de vida burguês individualista e competitivo em São Paulo era incompatível com as formas de vida rústicas daqueles povos, pois estavam despreparados e desamparados pelo poder público. E usufruir daquele modelo social do branco estava cada vez mais distante de suas realidades. “A herança do negro e do mulato não os inviabilizava a economia de subsistência, mas por outro lado era incompatível com a rapidez do desenvolvimento capitalista urbano”.

A organização da vida do negro dependia do desenvolvimento econômico e social, entretanto, as oportunidades que tinham não eram compatíveis com suas necessidades. E, por outro lado, os negros e mulatos sofreram a falta de escolarização. As crianças não eram colocadas na escola por vários motivos, inclusive, com o intuito de que esses não viessem a se desapontar no futuro quando percebessem que seus sonhos tinham limites e apostar muito alto além de suas possibilidades reais era perda de tempo. (FERNANDES, 2008, p. 253).

Os negros recém alforriados, e com a falta de conhecimento acompanhada de uma imposição social impediram que seus filhos estudassem “perdeu a oportunidade de lhes preparar para lidar com as dificuldades que normalmente encontrariam, e, dessa forma, possuírem alguma arma para lutar por melhores colocações, melhores salários e respeito”.

O grande obstáculo da elite brasileira era que com o fim da escravidão os negros poderiam ocupar os postos de trabalho, mas essa mesma elite não queria ascensão dos negros na sociedade, devido a isso, preferiram embranquecer o Brasil criando uma política para financiar a passagem de Europeus para trabalhar no Brasil. Enquanto os ex-escravos não teriam direitos nenhum, ou seja, iam viver a margem da sociedade. A forma como os negros foram tratados após a abolição, teve grandes consequências para a formação da nossa sociedade, que até então não eram citados como membros, não tinham os direitos garantidos somente os negros que possuíssem algum tipo de bens, poderiam participar como membros da sociedade e não sofriam tanta discriminação. (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 312).

Mesmo após o fim da escravidão, ainda hoje é perceptível os resquícios da mesma, e a discriminação racial é uma delas. Carvalho (2005) traz uma reflexão na qual relata que “o fim da discriminação social do negro, só será possível na mudança de mentalidade da sociedade brasileira, enquanto não houver essa mudança não chegaremos a uma sociedade justa e igualitária”.

Essa inferioridade dos negros estar presente na atualidade e os autores analisam que:

[...] Grande parte da sociedade defende um tipo de comportamento que mascara a formação étnica do nosso país, e muitas vezes desvirtuam a luta dos negros por melhorias e participação dos mesmos na discussão sócio-política da sociedade como um todo (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010; p. 313).

Com o passar dos anos surgiram políticas voltada para a população negra, como por exemplo a política de cotas, para acesso a universidade. Alguns movimentos negros ressaltam que esse tipo de política são paliativas e não resolvem o problema

da população, outros já dizem que são necessárias como uma forma de reparar o passado.

Segundo Nascimento e Medeiros, (2010, p. 313) destaca ainda que o mito da democracia racial é uma realidade no Brasil e no mundo, e [...] uma sociedade que defende os direitos humanos e que se diz democrata, mas não consegue resolver os problemas sociais, como saneamento básico, segurança, saúde e educação [...]

É possível perceber que a cidadania está longe de ser uma realidade social, inclusive é mostrado pela mídia agressões a essa população, sejam elas verbais ou físicas, fora as que não foram mostradas, que não existe dados de comprovação. E isso mostra o quanto a sociedade negra ainda precisa lutar para conquistar de fato seu direito como cidadão. Porém para que isso ocorra é preciso que muitas pessoas mudem sua mentalidade, pois tem o negro como um “inimigo”.

No Brasil todos os dias são noticiados na mídia falada ou escrita, casos de violência contra o cidadão ou cidadã. Isso ocorre frequentemente com os de pele mais escura, pois a sociedade brasileira aprendeu que o negro é o bandido, enquanto “os donos do poder” praticam ato de corrupção e muitas vezes nem sequer são julgados e muito menos condenados. (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 315).

De acordo com Carvalho (2003) aos libertos também não foi dado acesso à escola, terra e nem empregos. Segundo ele, após a libertação, muitos regressaram as antigas fazendas onde eram escravos, para trabalhar apenas por comida e moradia, e mesmo com dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados que foram escravizados.

A liberdade que advinda com a Lei Áurea não mudou a visão sobre o negro, que continua a ser visto como inferior, conseqüentemente acarretando a exclusão social, e a estigmatização.

[...] constantemente se vê pessoas pobres e negras que vivem na rua sendo estigmatizadas como vagabundos, usuários de crack que estão ali por serem desprezados e por gostar de viver na rua; enquanto um branco nas mesmas condições é taxado como apenas uma vítima das drogas, que cometeu um erro e que é merecedor de algo melhor [...] (SANTOS, 2014, p. 26).

Portanto estigmatizar significa marcar e deixar cicatrizes, ou seja, é o mesmo que julgar uma pessoa negativamente. Infelizmente é uma situação que estar presente nos dias atuais. Evitar esse tipo de comportamento é essencial, caso

contrário, pode acabar influenciando nas relações sociais, na sociedade e no estigmatizado.

Apesar de estar incluído em um mesmo contexto social de exclusão e discriminação, cada indivíduo possui uma história de vida e particularidades distintas. Portanto são vários os motivos que levam as pessoas a viverem ali, e não cabe a ninguém as julgá-las por isso.

Todavia, os anos se passaram, porém não significa que a vida da população negra tenha melhorado, ressaltando que pode ter melhorado por causa do fim da escravidão, mas levando em consideração aos dias atuais, o trabalho ainda é uma escravidão, disfarçado de trabalho, uma vez que o índice de pobreza têm aumentado, e os trabalhos estão cada vez mais precarizados, aumentando assim as inúmeras pessoas que se submetem a exercer serviços de cunho escravista, para poder ter o mínimo para sua subsistência, já que o Estado também não oferece possibilidades de enfrentar tamanha situação.

Em 2020 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida da população brasileira é de 76 anos, e estudos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) de 2011 aponta, que a expectativa de vida da população negra é de 67 anos, ou seja, em 1885 eram poucos os negros e negras escravizados que atingiam a liberdade pela lei do sexagenário.

Ainda de acordo com o IBGE somente 7,9% das pessoas com mais de 60 anos são pretas no Brasil. E na juventude, essa população sofre mais com a violência, somando 70% das vítimas de homicídios.

Menezes (2019) afirma que a velhice não é fácil, e o primeiro obstáculo a ser enfrentado é nascer vivo. No Brasil a maior parte dos óbitos neonatais é criança preta e parda. Colluci (2020) aponta que um bebê negro sofre mais risco de morrer, em relação a uma criança branca. Ressaltando que por mais que tenha se ampliado os cuidados com as gestantes, o acesso ao pré-natal não são para todas.

De acordo com Colluci (2020), “até um ano de vida, crianças negras terão 22,5% a mais de chance de morrer em comparação às brancas. A taxa de mortalidade infantil 13,98 por mil nascidos vivos entre os negros é 11,41 entre os brancos”.

A Fundação Abrinq, no ano de 2020, realizou uma pesquisa destacando 12.428 crianças negras que morreram por doença que poderiam ser evitadas, justamente por falta de acesso ao sistema de saúde pela mãe. A prevenção e o cuidado são

essenciais para que se tenha uma gestação segura, no entanto ainda existe dificuldades de acesso principalmente da classe pobre.

Segundo Menezes (2019) grande parte desse cenário se deve a situação econômica no país, na qual o índice de pobreza aumentou nos últimos anos. Impossibilitando-os ao acesso a direitos fundamentais, como à educação, saúde, moradia, alimentação, e saneamento básico.

2.1 Os primeiros movimentos sociais em defesa da população em situação de rua

Os movimentos sociais surgiram como uma maneira de combater as injustiças que estão postas, são ações sociais coletivas que visa a melhoria dos direitos sociais, GOHN, (2011, p. 336) diz que “os movimentos sociais expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte”. Observa-se que os movimentos sociais é uma maneira de tentar conscientizar a sociedade; e no caso da população em situação de rua, lutar por uma sociedade justa e igualitária.

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo [...] (GOHN, 1995, p. 44).

Portanto os movimentos sociais representam o conjunto de ações coletivas, que promove a reivindicação de melhores condições de vida, o que significa a transformação das condições econômicas, sociais e políticas, da sociedade. E por isso é essencial que existam.

Entende-se que os movimentos sociais, fazem uma leitura da realidade, lutando contra a exclusão\inclusão, da população mais atingidas pelas marcas do conservadorismo e as expressões e manifestações da questão social.

No Brasil os movimentos sociais ganharam força nos anos de 1970, quando acontece uma maior visibilidade social, ou seja, quando começam a se expressarem

e se denomina como “movimento popular”, que é quando agrupam os diversos tipos de movimentos.

Na grande maioria as lutas sociais são em prol da melhoria da saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros. Que é um direito mínimo para a dignidade do ser humano. Freire (1978) diz que os “movimentos sociais é uma tentativa de transformar a realidade”. E desde muitos anos as lutas sociais são necessárias.

Os principais movimentos sociais dos anos de 1990 foram:

- 1º) Iniciativas coletivas cuja prioridade se voltam para ações de melhoria das condições de vida;
- 2º) Lutas no campo institucional;
- 3º) Lutas por melhoria na qualidade de vida e reivindicam mudanças estruturais na sociedade. (OLIVEIRA, 2001, p. 10).

Os movimentos sociais sempre foram essenciais, e principalmente para a população que necessita do mínimo para subsistência. São lutas para a melhoria das condições de vida.

Silva (2009) aborda uma contextualização dos anos 1990, que foi o começo de algumas manifestações no âmbito nacional a respeito da população em situação de rua, iniciada pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, depois em 1995 o grito dos excluídos, os seminários nacionais e também a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Já no início do século XXI no ano de 2001 ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua. Em 2004 segundo (BRASIL, SDH, 2013) foi aprovado a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribui à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua.

No ano de 2005 conforme (SDH, 2013) é criado o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A criação deste movimento e de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua é resultado de protesto e cobranças feitos após o acontecimento trágico em 2004 no centro de São Paulo onde 15 moradores de rua sofreram violência e sete morreram.

Também em consequência desta tragédia ainda no ano de 2005, aconteceu a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, sendo que este encontro propiciou o início da formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro

de 2005, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)⁴ e inclui atendimento especializado para a população em situação de rua.

Entre fim do ano de 2005 a 2008 o MDS assinou Portarias importantes, todas elas para contribuir com a política pública referente à população em situação de rua. As quais antecederam a criação do documento em 2008, da Política Nacional Para Inclusão Social Da População Em Situação De Rua. Como também entre 2007 e 2008, realizou a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua.

Em 2010 o MDS faz parceria com a UNESCO com o objetivo de formação, organização e articulação da população em situação de rua, além de contribuir para a consolidação do MNPR (Movimento Nacional da População de Rua). Também no ano de 2010 a 2012 foram criadas outras portarias importantes. E por fim, ainda no ano de 2010 foi criado um formulário para cadastrar os moradores em situação de rua e uma cartilha na qual trata sobre a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

No entanto os movimentos sociais são um passo importante no que diz respeito às lutas pelos direitos, foram anos para se conseguir o mínimo, e por mais que esteja garantido na Constituição Federal de 1988, como forma de direito, não significa que seja eficaz. De maneira geral é visível que os movimentos sociais produziram avanços na sociedade, mesmo os direitos sociais estando fragmentados.

A luta organizada visa a defesa dos direitos e a ampliação das políticas públicas de qualidade, buscando assim condições dignas de sobrevivência. É uma forma da população se organizar e exigir seus direitos. E se tratando da População em Situação de Rua, as lutas sociais são em prol do enfrentamento aos riscos nas ruas, seja repudiando o racismo, a discriminação, e as violações dos direitos humanos. Sendo assim serve para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana.

2.2 Particularidades do Brasil e o viver nas ruas

Como apresentamos nesse trabalho a lei que aprovou a abolição da escravidão, apesar de prever liberdade a população negra escravizada, não

⁴ A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos. (BRASIL, 2009, p. 04).

significou a total libertação. Em sua totalidade essa população alijada não conquistou o mesmo padrão de vida da população branca, no Brasil um país que carrega os traços do patriarcado, do machismo e do racismo em suas veias históricas, e nesse processo de libertação sem nenhuma assistência aos recém-libertos, que também não possuíam nenhum bem, muitas vezes, mesmo livres, continuaram trabalhando para os seus antigos senhores em troca do mínimo para sobreviver.

Brasil (2010) destaca a atual situação da população negra brasileira, fazendo uma contextualização a respeito do escravismo do período de 1530 a 1888, onde cerca de 5,5 milhões de negros saíram da África para serem escravizados no Brasil.

A escravidão é conhecida mundialmente como uma forma de trabalho forçado, no entanto não existia liberdades individuais. Sendo os indígenas a serem os primeiros escravizados, de acordo com Piski (1993) o modo de escravismo da população indígena, era através da caça ao índio por meio de expedições, no intuito de procurar a mão de obra indígena. Além disso [...] a escravidão voluntária é uma forma encontrada pelo indígena para manter-se vivo, no qual ele vendia ou entregava algum familiar em troca de um prato de comida. (PINSKY, 1993, p. 18) [...].

Com a entrada da mão de obra escrava africana, os indígenas também continuaram a ser escravizados. No entanto existem vários fatores que explicam o aumento dessa mão de obra. Como por exemplo:

Fraca densidade demográfica da população indígena devido às tribos estarem cada vez mais arredias, dizimação dos indígenas através da superexploração de sua força de trabalho; proteção jesuítica, etc. Existia ainda outro interesse envolvido na entrada de mão de obra africana: com a mão de obra indígena era possível sonegar impostos, porque era “um negócio interno da colônia até o quinto devido à coroa era sonegado” enquanto que o “comércio ultramarino trazia excelentes dividendos tanto aos governos quanto aos comerciantes”. (PINSKY, 1993, p. 19).

Os africanos vieram para o Brasil através do tráfico negreiro, por meio do qual os portugueses trouxeram milhares de negros para serem escravizados. O trabalho escravo era na agricultura manufatureira de cana de açúcar, onde os mesmos trabalhavam para os fazendeiros, que em seguida poderia fazer as exportações para os mercados europeus.

O tráfico negreiro trouxe para o Brasil milhões de africanos, na condição de escravos. Eles rasgaram as matas, lavraram o solo e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, nos engenhos, nos portos e nas casas. (NINA, 2010, p. 63).

Segundo Faustino (2010) a população brasileira é constituída em sua maioria por negros e pardos, com a abolição do escravismo colonial não significou a total abolição escravocrata, existindo ainda no país uma relativa segregação racial⁵, pois a população negra ainda enfrenta preconceitos e condições sociais inferiores em relação ao restante da população brasileira.

Atualmente, as condições de vida dessa população não se comparam à da população branca, que ainda apresenta índices sociais mais favoráveis do que as demais existentes no país.

Faustino (2010) destaca que nossa sociedade ainda possui traços escravistas, e carrega em si expressões do racismo herdado das classes dominantes do período escravocrata brasileiro, essa forma de pensamento se perpetua em várias frentes e a população em situação de rua é alvo desse pensamento conservador.

De acordo com o IBGE, 2014 os negros e pardos representam a maioria da população brasileira, que é cerca de 54% da população total do país, que já superou a quantia de 204 milhões de pessoas.

Apesar disso, os negros correspondem a apenas 17,4% da população mais rica do país e atuam apenas em cerca de 18% dos cargos mais importantes.

O rendimento salarial deles também é inferior, correspondendo a cerca de 80% do rendimento de um branco que exerce a mesma função. Vale ressaltar também que cerca de 80% das empregadas domésticas no Brasil são afrodescendentes. Os afrodescendentes representam, ainda, cerca de 63% dos mais pobres e 69% dos indigentes.

O acesso dessa parcela da população à maioria dos serviços públicos também é limitado. A taxa de analfabetismo, por exemplo, é duas vezes maior entre os negros. Enquanto a taxa de analfabetismo entre brancos é de 5,2%. Entre a população negra, esse índice sobe para 11,5%. A média de anos de estudos também é menor entre os negros. Em 2013, a população branca tinha, em média, 8,8% anos de estudo; já a população negra possuía cerca de 7,2% anos.

⁵ Segregação Racial é considerada segundo Oliveira (1976), como a prática de restringir as pessoas as certas áreas residenciais limitadas ou em separar instituições (escolas, clubes igrejas...) e facilidades (parques, praças, restaurantes e banheiros), e mesmo a participação na ordem social em geral, com base na raça. A segregação racial é sempre um meio de manter vantagens econômicas e de manter os status social superior do grupo dominante. (RAMOS, 2002, p. 1).

Outro problema que afeta os negros no país é a discriminação racial sofrida por vários deles. Essa discriminação ocorre em praticamente todos os setores da sociedade brasileira.

Na internet, por exemplo, milhares de negros são vítimas de ações preconceituosas todos os dias, mesmo que sejam consideradas crime. A mídia é um dos canais onde o preconceito é explicitado, na qual se cria padrões, no sentido de dizer o que é “normal” de acordo com o que está estabelecido.

Quiroga e Rodrigues (2009), traz a realização de uma pesquisa efetuada pelo Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), entre agosto de 2007 e março de 2008, na qual foram levantados dados básicos dos entrevistados realizando um trabalho mais detalhado com 10% deles. Foram coletadas informações sobre as principais razões para viver na rua, o tempo de permanência na rua, a escolaridade, os vínculos familiares, o acesso a programas sociais, as condições de saúde, entre outras.

Ainda Quiroga e Rodrigues (2009), relata que foram identificados 31.922 adultos em situação de rua, o que equivale a 0,06% da população dos municípios pesquisados em 71 cidades brasileiras, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes.

- Perfil: 82% das pessoas em situação de rua eram homens.
- Mais da metade (53%) possuía entre 25 e 44 anos.
- 67% das pessoas se declararam pardas ou negras, proporção bem maior do que na população brasileira em 2008 que era de (45%).
- 52% possuíam algum parente que morava na mesma cidade em que estavam vivendo.

Principais motivos para viver nas ruas:

- problemas com álcool/drogas (36%);
- desemprego (30%);
- desavenças com a família (29%).
- Origem: 76% sempre viveram no município em que moravam ou em municípios próximos, contradizendo o senso comum de que as pessoas em situação de rua são oriundas de outros estados e regiões do país.

- Trabalho: 71% eram trabalhadores com alguma atividade remunerada. Dessas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (28%), flanelinha (14%), construção civil (6%) e limpeza (4%). Somente 2% afirmaram estar trabalhando com carteira assinada;
- Apenas 16% pediam dinheiro como principal meio para a sobrevivência.
- 25% não possuíam documento de identificação, dificultando a obtenção de emprego formal e o acesso a serviços e programas governamentais;
- Alimentação: 80% diziam conseguir fazer ao menos uma refeição por dia.

Acesso aos benefícios:

- 89% afirmaram não receber qualquer benefício social. Dentre os que recebiam, destacaram-se: aposentadoria (3%), Bolsa Família (2%) e BPC (1%);
- Escolaridade: 74% sabiam ler e escrever.
- 17% não sabiam escrever e 8% apenas assinavam o próprio nome. 64% não concluíram o 1º grau (Ensino Fundamental). 95% não estudavam na época da pesquisa.

Os dados acima citados foram refletidos por Quiroga e Rodrigues (2009), e fazem uma análise a respeito das condições de vida da População em Situação de Rua. É uma reflexão utilizando os dados da pesquisa do MDS no período de 2007 a 2008, na qual a coleta dos mesmos serve para acompanhar as razões que essa população possui para viver nas ruas, apresentando as mais diversas expressões e manifestação da questão social vivida por essa população.

Essa situação é reflexo de uma sociedade capitalista, na qual esse sistema atinge diretamente a classe trabalhadora, e isso faz com que as oportunidades de progredir se limitem ao máximo possível.

A População em Situação de Rua faz parte de uma sociedade que tem uma visão preconceituosa sobre ela, pois ao se deslocarem dos padrões impostos, o senso comum leva a pensar que essas pessoas se encontram em tal situação devido ao uso do álcool e drogas, ou simplesmente porque querem, e que elas são as responsáveis por sua condição.

Essa relação entre a bebida alcoólica e a Situação de Rua, deixa mais evidente o olhar preconceituoso da sociedade sobre essa população. Pois, é comum ver a bebida alcoólica sendo incentivada pela mídia e por grandes empresas que trabalham com a produção e distribuição da mesma.

É a partir desse pressuposto que se cria uma grande contradição, onde de um lado a bebida é vista como uma forma de socialização e lazer, e por outro, como motivo de exclusão e marginalização, criminalizando o sujeito.

2.3 Os Danos Causados à Saúde da População Negra em Virtude de Sua Trajetória de Exploração

As condições desumanas que viviam a população negra no Brasil, em todo processo de escravismo, causaram vários danos à saúde desse segmento populacional, entre eles está o suicídio que se tornou uma maneira de resistência para tentar fugir do regime opressor da escravidão.

Segundo Mata, (2019) a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra⁶, reconhece o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde. E Um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são os jovens, sobretudo os jovens negros, devido principalmente ao preconceito e à discriminação racial e ao racismo institucional.

Ainda Mata (2019), os impactos do racismo causam efeitos que afetam o comportamento das pessoas negras que estão relacionadas a humilhação racial e negação de si, que podem levar à prática do suicídio.

Os estereótipos raciais manifestados em diversas situações, são danosos psicologicamente afetando diretamente a autoestima e a construção da identidade social.

Desde muitos anos o suicídio é presente na vida de milhares de pessoas, conseqüentemente, decorrente de algum sofrimento. As autoras Santos e Nascimento (2018), traz algumas reflexões do livro de Carolina de Jesus e Sandra Mara Herzer.

⁶ A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi instituída pelo Ministério da Saúde (MS) em 2009, com a finalidade de promover a saúde integral da população negra, com vistas à redução das desigualdades étnico-raciais e ao combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 2018, p. 4).

Que são jovens, negras, pobres da favela, que lutavam por justiça, igualdade e liberdade.

O trabalho em questão trata de mulheres pobres, marginalizadas, e sem oportunidade de usufruir de uma educação de qualidade, porém o que as tinham em comum era uma visão bem além do que era imposta, odiando suas realidades e como eram tratadas por serem pobres e negras.

Sendo uma reflexão das expressões e manifestações da questão social, e como ela afeta as pessoas prejudicando-as com efeitos bastantes danosos, viram na escrita uma maneira de desabafar e relatar suas dificuldades.

Ambas não tiveram oportunidades de terminar os estudos, porém o hábito de ler e escrever estavam interligados a elas. Carolina escrevia uma espécie de diário, relatando seu dia-a-dia, e as condições de vidas na favela. Tendo uma infância difícil, perdeu os pais muito cedo e precisou trabalhar para se manter. Mãe de três filhos, foi catadora de material reciclável, vivendo na favela de Canindé em São Paulo, como tinha um apego pela literatura ela escrevia sobre sua realidade e as condições de vida na favela. Até que um dia foi descoberta por um jornalista que fazia uma matéria onde a mesma morava.

Ao conhecer os escritos de Carolina, ficou encantado. Para Carolina era apenas relatos do seu convívio, na qual repudiava tudo e qualquer ato de violência ou negligência, e ainda a forma desumana que viviam as pessoas.

Suas obras foram organizadas pelo jornalista que a transformou em um livro de narrativa, tendo como título “Quarto de Despejo”. Foi um sucesso o livro, além de ter sido traduzido em quatorze idiomas, posteriormente a esse, Carolina escreveu inúmeras obras, tendo seu direito reconhecido, enquanto mulher, negra e escritora.

Mara Herzer foi escritora, poetista, e transgênero, ficou órfã de pai e mãe e foi morar com parentes, foi abusada sexualmente aos 14 anos de idade. Desde então começou a sair à noite e a beber, e esse foi o motivo pelo qual foi parar na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM). A então poetista escrevia sobre sua vida, entre fugas, violência, tortura e amizades, no período que estava privada de sua liberdade.

Herzer relatava que todos os menores que passavam pela FEBEM eram marginalizados. [...] Analisar a infância dessa forma é um erro, pois, investigar a criança sem investigar seus diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e

individuais, é mais uma forma de institucionalizar e estigmatizar a criança e a infância, como fez a FEBEM durante tanto tempo [...]

A FEBEM cuida de menores infratores, menores deficientes, menores abandonados, menores que são recolhidos tarde da noite nas ruas; no final é verdade que não se consiga fazer nada por nenhum deles, pois essa mistura de pessoas transforma todos num só grupo, e não em grupos de deficientes, de abandonados, de menores trazidos das ruas, apenas grupos de menores marginalizados. (HERZER, 1983, p. 52).

A FEBEM não permitia Herzer publicar suas escritas, e com isso a própria instituição publicavam como sendo um trabalho coletivo, até que Eduardo Suplicy conheceu as obras de Herzer e ofereceu a ela um estágio em seu escritório. Então longe da FEBEM Suplicy a incentivou a escrever seu próprio livro e quando terminasse iria apresenta-la a uma editora.

No entanto Herzer desiste de sua vida dois meses antes de sua publicação, se jogando do viaduto 13 de maio. Suplicy relata que os conflitos vividos pela autora contribuíram na decisão de se suicidar.

Tanto Carolina Maria de Jesus como Sandra Mara Herzer utilizaram a literatura para representar seus mundos de forma artística, ambas eram mulheres, poetisas, pobres, marginalizadas, sem oportunidades para acessar uma educação formal de qualidade, no entanto, não se conformaram com a realidade que as cercavam; ambas tinham grande sensibilidade e talento para denunciar as condições desumanas e injustiças sob as quais viviam e utilizaram da literatura para tal ofício. (SANTOS; NASCIMENTO, 2018, p. 6).

São duas mulheres pobres sem acesso ao sistema educacional, marginalizadas, que encontraram na literatura uma forma de manifestar suas emoções. Lutando por cidadania e pelo direito de escrever e serem reconhecidas por suas obras. “somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais.” (Carolina Maria de Jesus).

A obra acima citada traz consigo o reflexo de uma sociedade que estar as margens da pobreza, além de ser uma sociedade capitalista, na qual quem têm valor é simplesmente quem detém do poder, o Estado não procura possibilitar maneiras de superar tal condição.

As autoras fizeram da ausência da educação uma maneira de demonstrar suas emoções, expressando suas visões de mundo, relatado a partir de suas

experiências de vida. Foram pessoas que de alguma maneira representavam a periferia, ressaltando em suas obras as condições desumanas e injustiças sob as quais viviam.

3 O OLHAR DA MÍDIA

A sociedade atual é completamente envolvida pela mídia em quase ou em todas as situações. Qual é o verdadeiro papel da mídia na sociedade? Servir os interesses da população ou do capital?

Para Miranda (2007) desde os tempos pré-históricos, a própria natureza ofereceu ao homem possibilidades e materiais em abundância para fazer seus registros, como “pedra, areia, barro, madeira, casca e folha de árvore”. Para o autor a linguagem é uma habilidade humana tanto quanto a comunicação em sociedade, porém somente com a passagem da linguagem oral para escrita é que se tornou possível à comunicação vencer o tempo e o espaço.

Segundo Sousa (2004), o homem sempre teve a necessidade de procurar formas de comunicar aos seus semelhantes suas descobertas e as histórias socialmente relevantes de que tinham conhecimento. Nesse sentido, a escrita é considerada como um dos principais alicerces do processo da comunicação social, uma vez que ela contribuiu com a arte de contar novas e boas histórias, assim como de transmiti-las.

Entretanto Miranda (2007), relata sobre o acesso à informação, que modifica a forma como as pessoas pensam e agem, as práticas de preservação históricas da memória, dos povos que deixavam de lado seu caráter oral e foi substituída pela memória escrita.

conforme a Revolução Industrial tomou velocidade, meios de massa com base industrial, tais como livros e jornais, apareceram e proliferaram. Conforme a demanda de massa por meios impressos crescia, os meios tendiam a se tornar mais baratos. A maioria dos países presenciou o crescimento de grandes jornais urbanos e um aumento da publicação de livros. Entretanto, tanto o analfabetismo quanto à falta de dinheiro continuou a limitar a leitura. Muitas pessoas não podiam dispor do dinheiro para um jornal, nem liam tão bem para apreciá-lo. Assim, vemos que a classe social está geralmente conectada ao uso da mídia. A industrialização por vezes aumenta a estratificação social. Embora muitas pessoas mais pobres avancem ao obter trabalhos industriais, as lacunas relativas entre ricos e pobres aumentaram em muito em muitos países em desenvolvimento (STRAUBAHAAR; LA ROSE 2004, p. 33- 34).

Miranda (2007), com a ampliação do número de pessoas com acesso a alfabetização e os desenvolvimentos técnicos na área da impressão, a ideia de opinião pública começou a tomar uma nova forma, ficando assim exposta a

necessidade das classes dominantes de encontrar um novo caminho para controlar as massas menos privilegiadas.

Segundo ainda o autor acima, com o avançar da tecnologia os jornais disponibilizam na internet parte de suas matérias, suas principais manchetes, e muitos já se tornaram provedores, desta forma o usuário pode acessar ao conteúdo integral das notícias. Com o aumento de computadores conectados à internet e o elevado número de compras efetuadas online, tornou-se lucrativo para os jornais manterem os seus SITES atualizados diariamente, assim como um amplo espaço para a publicidade. A internet representa uma excelente oportunidade de reunir o rádio, a tv e o jornal, em um só ambiente surgindo como uma nova mídia para se disseminar a informação de forma rápida, interativa e constantemente atualizada.

Segundo Raulino (2013) as novas tecnologias de informação estão presentes cada vez mais, nas vidas das pessoas, e isso se deve ao crescente desenvolvimento dos dispositivos midiáticos permanente ao mundo da informação.

Silverstone (2005), afirma que a “[...] mídia se tornou parte da nossa realidade e não há como fugir dela, a tal ponto de saber ler os produtos midiáticos, questioná-los torna-se um balizador da cidadania do século XXI”.

Ainda segundo o autor diante do contexto de reestruturação do capitalismo, a mídia tem marcado seu território, oferecendo novas tecnologias de informação e comunicação, que se reconfiguram cotidianamente para interagir com a sociedade e o poder público, nesse processo a sociedade é influenciada a tal ponto que se tornam “massa de manobra na mão da mídia” alterando diretamente nas relações econômicas, políticas e sociais.

A lógica midiática, passa a reger os processos socioculturais, consignando a ideia de que produtores e receptores são ao fim, e ao cabo, os mesmos atores sociais, velando as relações de poder que implica a posse dos meios de produção e embaraçando os contornos do público e do privado. Portanto os meios sempre foram um dispositivo de legitimação do capitalismo, mas que na atualidade, eles assumem uma importância inaudita na dinâmica desse crescimento do sistema produtivo, constituindo-se como elemento central tanto nos mecanismos internos do sistema econômico, quanto na disseminação de produção de sentido e de práticas sociais coerente com o novo espírito do capitalismo (RAULINO, 2013, p. 10).

Diante das novas possibilidades de tecnologias de informação e comunicação seus modelos são reconfigurados em sua organização que passam daquele centrado na televisão, para outros, baseados nas redes telemáticas, especialmente na internet.

Segundo Pereira (2009) a mídia é privada, e tem um forte papel de formadores de opiniões, por ser privada ela defende os interesses do capital passando para a sociedade somente o que realmente acreditam.

A cidadania só é alcançada quando a pessoa tem o poder de se expressar, e é impossível falar em democracia enquanto os meios de comunicações forem privados, pois a sociedade só recebe informações já que a mídia exerce uma comunicação vertical com ela, de cima para baixo. Não deixando espaços para questionamentos e nem para manifestações e outras opiniões. (GUARESCHI, 2003, p. 47).

Para o capitalismo a mídia é um meio de manipular as opiniões, assim a sociedade agirá conforme a ideologia dominante, seu compromisso é com seus próprios interesses, sendo capaz de manipular informações para que o público pense e aja conforme suas vontades.

De acordo com (GUARESCHI, 2007, p. 9) “[...] a comunicação hoje constrói a realidade, alguns fatos existem ou deixam de existir pelos meios de comunicações [...] A mídia tem na contemporaneidade, o poder de instituir o que é ou não real.

O que se vê nas discussões da mídia e da sociedade é a maneira como caracteriza o pobre como criminoso. Na maioria dessa estigmatização se encontra a população em situação de rua, sendo a mais discriminada.

Pacheco (2006) diz que existem três fatores ligados e causadores da criminalidade. O desemprego, a desigualdade e a violência.

Criminalizar o pobre ou estigmatiza-lo torna-se mais fácil do que resolver o problema da desigualdade social tão característica do Brasil. Para a sociedade é mais viável culpabilizar a pessoa que vive em situação de rua do que exigir que o Estado garanta seus direitos. (PACHECO, 2006, p. 15).

A pessoa em situação de rua se depara constantemente com a desigualdade, com o estigma e com a falta de tudo. A omissão do acesso e a forma como essas pessoas são vistas pela sociedade são os principais causadores da violência.

Estar em situação de rua é fazer parte da invisibilidade⁷ e da marginalidade⁸. A maioria desse grupo populacional está inexistente aos olhos da sociedade e do Estado, e isso torna os grupos sociais passíveis de desrespeito aos direitos fundamentais seja o direito à vida, a liberdade, a alimentação, a educação, o trabalho, entre outros.

Vale ressaltar que o modelo de sociedade é o principal responsável pela criminalização e preconceito sofrido por quem está às margens da pobreza. Muitas vezes as pessoas não são vistas como pessoas, pois caso elas não tenham algo a oferecer à produção e reprodução de mercadorias, podem ser entendidas como não sendo úteis.

Conforme foi destacado, a mídia defende os interesses do capital, e por isso a população em situação de rua passa despercebida. Esse segmento populacional só é notícia quando as sociedades sentem-se incomodadas com sua presença, ou quando apresentam “riscos” para o capitalismo.

A ideia que se tem da população em situação de rua é somente o que são repassados sobre ela, ou melhor o que a mídia seleciona e informa o que de fato é essencial para eles.

Segundo o jornal da Universidade de São Paulo (USP), o número de pessoas em situação de rua tem aumentado nas principais capitais do Brasil. No Rio de Janeiro, essa população quase triplicou em três anos: 2016 foram contabilizadas 14,2 mil pessoas nessa condição, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social.

No ano de 2014 a jornalista Suzana Rozendo Bortoli do jornal da USP, realizou uma pesquisa com algumas mulheres que vivem em situação de rua. Foram

⁷ A invisibilidade a que está sujeita a população negra tem sido considerada por antropólogos como uma estratégia por parte do Estado e da sociedade brasileira em geral que visa ocultar a diversidade étnica do grupo negro. Este processo iniciou-se durante o regime escravista. A sociedade colonial brasileira procurou “suavizar” as diferenças entre as práticas culturais de brancos e negros a fim de retirar destas seu potencial político e étnico enquanto marca de alteridade. As práticas culturais dos negros passaram a ser consideradas como fruto da integração das raças, sincréticas, portanto, não seriam puramente “tradicionais”, de origem (CARVALHO, 2005, p. 1).

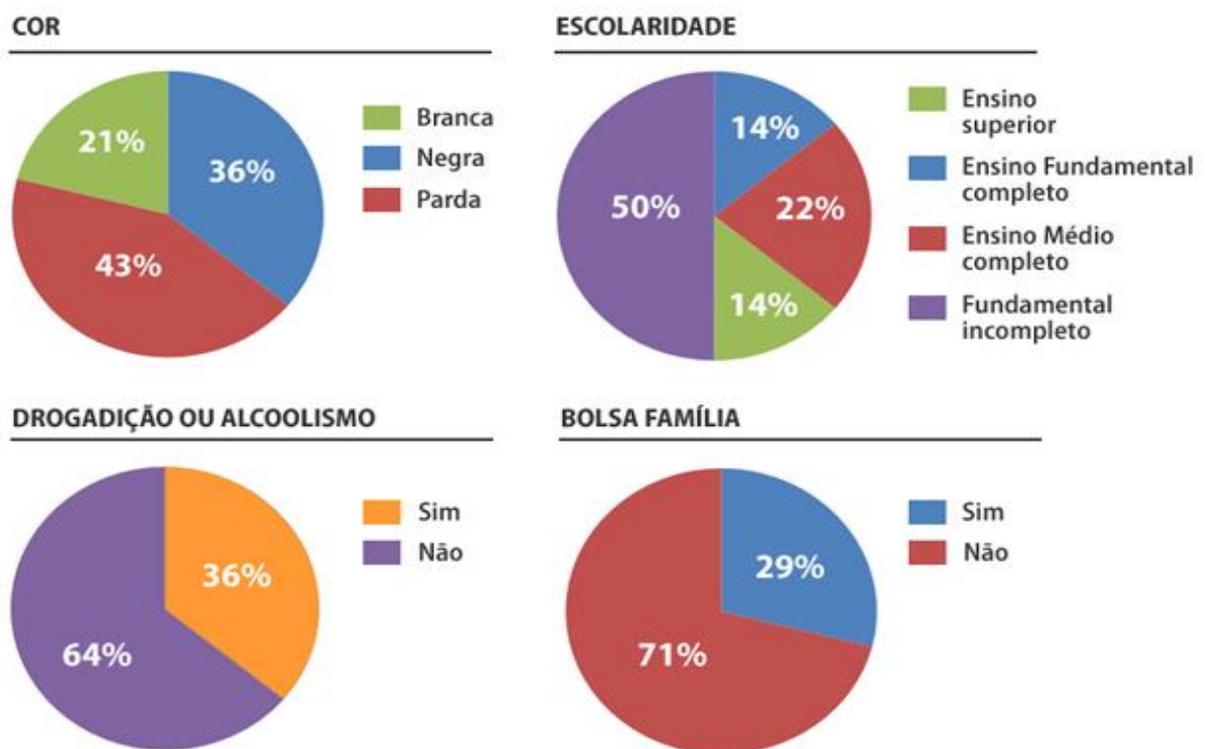
⁸ Denominações respectivamente contundentes, para definir o ser humano carente e lugar onde impera a pobreza. Os aglomerados subnormais, as periferias e favelas, são assim definidos, como marginalizados, não por que há moradores que usam drogas, roubam e matam, não. Marginal não é aquele cidadão que infringe a lei ou a moral, marginal é o ser humano, o cidadão que está à margem da sociedade e do sistema. É aquele que mora às margens do perímetro urbano, nos arredores da cidade, que não tem direito a uma moradia com segurança, que vive na incerteza do “pão” de cada dia, que não possui um emprego com renda fixa, vivendo ou tentando viver, com o que em seu trabalho informal (AZEVEDO, 2018, p. 20).

entrevistadas 15 mulheres que tentam sobreviver nas ruas e estavam em casas de Reinserção Social do município do Rio de Janeiro.

Os depoimentos foram coletados em 2014 e revelam o medo da violência física e sexual.

Gráfico 1 – Perfil das entrevistadas.

Perfil das entrevistadas



Fonte: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/midia-representa-pessoas-em-situacao-de-rua-de-forma-negativa/>

O gráfico acima são as porcentagens do perfil das pessoas que se encontra em situação de rua, sua relação com a escolaridade e do uso de substâncias lícitas ou ilícitas, e quem participa do programa social bolsa família.

São dados que trazem consigo a realidade de grande parte da população brasileira, e como essa situação está ligada diretamente com a condição de pobreza. Ressaltando que grande parte dessa população, é parda e negra, que são os principais atingidos pelas desigualdades sociais no país.

Além da insegurança as maiores dificuldades relatadas foram a falta de alimento, a preocupação com a higiene, e ainda o preconceito sofrido

“Homem não precisa se esconder, entendeu? Homem vive de qualquer jeito lá, acho que assim na rua ele dá um jeito, ele sabe se defender. A mulher, a violência e o estupro na rua é frequente”. (Informação verbal).⁹

Dando voz a pessoas marginalizadas, um dos objetivos da pesquisa é descobrir se essas mulheres concordam com a forma como eram retratadas na mídia. Para isso, Suzana analisou matérias publicadas nos jornais cariocas Extra e O Globo e concluiu que jornalistas eram parciais em suas narrativas.

“O jornalista precisam ouvir os dois lados da história. O repórter não pode ser parcial e divulgar as vozes oficiais, ele precisa ter contato com aquela pessoa em situação de vulnerabilidade” (Informação verbal)¹⁰.

A conclusão que Bertoli chegou foi que as entrevistadas não tinham acesso a tantas notícias sobre o assunto. E por falta desse conhecimento não conseguiram responder a então entrevista.

“Nos locais onde estavam não tinha uma biblioteca, um jornal diário, que todos pudessem ler ou assistir jornais que quisessem. Concluo que pela falta de acesso elas nem puderam expressar suas opiniões adequadamente” (fala da jornalista. (Informação verbal)¹¹.

Em geral, a população em situação de rua é vista pela sociedade como um grupo que oferece risco, e não como um segmento que se encontra em risco. Principalmente quando confrontada com os interesses econômicos, essas pessoas são vistas como um problema, enquanto, na verdade, o problema é a situação de rua.

As condições de vida revelam-se como uma das mais duras manifestações da extrema pobreza, sendo um grande aspecto das desigualdades sociais. Trata-se de significativa parcela da sociedade inserida no contexto de risco social, marginalizada e excluída de acesso aos direitos fundamentais.

A pessoa que está nessa situação torna-se um “excluído”, um “invisível”, impossibilitado de partilhar de uma vida pessoal e profissional formal, resultando, certamente, em sérios prejuízos à sociedade. O fato de existirem indivíduos nessa situação faz com que exista uma desigualdade relevante na sociedade. (NONATO, 2016, p. 5).

⁹ (Relato de uma mulher em situação de rua.

¹⁰ Fonte: https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/midia-representa_pessoas-em-situacao-de-rua-de-forma-negativa/

¹¹ Fonte: https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/midia-representa_pessoas-em-situacao-de-rua-de-forma-negativa/

Não há dúvida de que a população em situação de rua constitui um grupo que é fragilizado na proteção de seus direitos e, assim, sofrem constantes violações dos mesmos.

É importante lembrar do preconceito que sofrem essas pessoas, suscetíveis à inúmeras formas de violência, maus tratos e, principalmente, ao desprezo e abandono da sociedade e do poder público. É uma luta diária por respeito e sobrevivência.

Se refletirmos sobre a qualidade destas interações, observaremos que comumente nós as olhamos amedrontados, de soslaio, com uma expressão de constrangimento. Alguns as vêem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas. Há também aqueles que delas sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade. Enfim, é comum negligenciarmos involuntariamente o contato com elas. Habitados com suas presenças parece que estamos dessensibilizados em relação à sua condição (sub) humana. Em atitude mais violenta, alguns chegam a xingá-las e até mesmo agredi-las ou queimá-las, como em alguns lamentáveis casos noticiados pela imprensa. (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 2).

Pode se perceber que a População em Situação de Rua é estereotipada pela sociedade tendo por significado algo ruim, na maioria dos casos são considerados, “vagabundos, bêbados, preguiçosos, drogados” entre outros tipos de preconceito impostos a eles. São pessoas que não possuem o mínimo de conhecimento sobre essa população, e nem se questionam por que estão ali, é então que acabam reproduzindo o que grande parte da sociedade pensa sobre eles.

as pessoas em situação de rua são assim rotuladas, pois são contraditórias ao modo capitalista de produção: o engano de que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades e mesmo que a produção seja social, os ganhos são sempre individuais, sendo as pessoas em situação de rua grandes exemplos de que a exploração e a desigualdade estão no centro deste modo de produção. Assim é formado esse estereótipo das pessoas em situação de rua como vagabundas, pessoas que não querem trabalhar. (DOMINGUES JR., 1998, p. 14).

A população em situação de rua é marcada por discriminação e estereótipos do poder público e da sociedade, uma vez que o primeiro deveria buscar e efetivar os direitos dos mesmos, e acabam realizando um processo de exclusão, ou seja, não os reconhecendo como sujeito de direitos.

De acordo com o portal de notícias g1 de São Paulo, o Brasil registra mais de 17 mil casos de violência contra pessoas em situação de rua em 3 anos. Entre 2015 e 2017 foram contabilizados 788 casos de violência na cidade de São Paulo voltada

a essa população, segundo dados do Ministério da Saúde. E entre as principais vítimas estão mulheres negras entre 15 e 24 anos.

A maioria das vítimas se declaram negras e pardas e o principal motivo de tamanha violência é simplesmente por estarem em situação de rua. O Ministério da Saúde faz uma análise das notificações de violência no ano de 2015 a 2017 no Brasil. Os dados foram analisados com base nos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que é uma ferramenta utilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que usam para notificar as condições de violências de vários tipos.

Ainda de acordo com o g1, a cidade de São Paulo tem o maior número de pessoas em situação de rua do país, foi a capital que mais registrou notificações de violência sendo:

- 2015 com 176 notificações de violência;
- 2016 com 317;
- 2017 com 295.

Entre as agressões mais destacadas pelas notificações do SUS, é a violência física. E os principais ocasionadores das agressões “são pessoas desconhecidas, seguida de amigos e conhecidos, familiares e parceiros”. E na maioria dos casos essas agressões acontecem mais de uma vez.

O que se pode destacar é que a falta das redes de apoio, juntamente com as mazelas sociais, contribuem para que ocorra o acréscimo dessa população, levando-os a se tornarem fatores de risco social, e como estão expostos a tudo e sem a mínima condição de se protegerem, acabam se predispondo também ao adoecimento, tanto físico como mental.

Outro fator bastante preocupante em relação a população em situação de rua, é o alto índice de violência cometidas por policiais, uma vez que os mesmos deveriam combater a violência e não a exercer.

De acordo com Melo (2016) as pessoas em Situação de Rua sofrem grande repressão policial. E por vezes, esse tipo de abordagem não é vista como uma violação de direitos, mas sim como necessárias para a manutenção da ordem burguesa.

A falta de segurança somada à repressão e violência vindas tanto da sociedade quanto dos próprios companheiros de rua faz com que a banalização da morte e o medo sejam constantes na vida dessas pessoas.

Ao mesmo tempo em que a violência distancia, ela também une quem está em Situação de Rua, pois se formam grupos para se protegerem dos perigos aos quais estão frequentemente expostos.

Estar em Situação de Rua significa ser estigmatizado, ter menor acesso a espaços de reafirmação de direitos, além de estar exposto a diversas formas de violência. Essa violência muitas vezes vem daqueles que deveriam proteger a sociedade, como é o caso da violência policial. Seja pelo preconceito já enraizado na sociedade, seja pela sua cor, sexualidade, religião ou condição social.

O jornal Extra traz um exemplo a ser destacado, que é de uma pessoa em situação de rua que foi agredido por policiais e um cão de guarda em Santa Catarina. A agressão foi registrada por um cinegrafista amador que ao postar o vídeo na internet, viralizou. O jovem de 31 anos estava com suas calças rasgadas e sangrava muito. No vídeo é possível ver que ele pedia para os policiais pararem, as agressões deixaram marcas em seus braços, mãos e principalmente no rosto, tendo seus dentes quebrados.

Ao localizarem sua família relatam que o jovem era estudante de direito e foi diagnosticado com esquizofrenia a cerca de um ano, e a partir daí passou a viver nas ruas. Em relato, a mãe do jovem diz que ele é muito querido por todos, inclusive por outras pessoas em situação de rua. Em relação a atitude dos policiais ela fala, “não sei por que usam aquela farda, atrás da farda não se sabe que tipo de ser humano existe, para fazer o que fizeram com meu filho”.

Outro fator também que está sendo destaque na mídia é a quantidade de pessoas que vêm a óbito, vítima de “bala perdida”, o jornal Extra faz uma análise sobre o aumento da violência contra a população pobre, respectivamente negras e moradoras das favelas, durante uma ocupação da Polícia Militar (PM) na favela da Lagoinha, em Duque de Caxias no último mês de outubro de 2021. A Organização Nacional de Direitos Humanos, está recebendo denúncias da população que mora nas favelas. Denúncias essas que se tornaram cotidianas por parte dos moradores, e os principais relatos são de agressões e invasões em suas residências.

Por outro lado, os agentes não esclareceram o motivo da ocupação, porém relataram que o objetivo da ação é simplesmente a “manutenção da sensação de segurança da população e apreensão de materiais ilícitos e prisões de criminosos”.

Vale ressaltar que em vez de se sentirem seguros em relação a proteção policial, o resultado é completamente o oposto, pois o medo os consome, seja pelas

agressões ou até mesmo por se tornarem vítimas de assassinatos. Já que a quantidade de pessoas assassinadas vítimas de “balas perdidas” tem aumentado nos últimos anos.

Um exemplo claro a ser dado é o caso da jovem Katlen Romeu, reportagem essa exposta pelo portal de notícias g1 do Rio de Janeiro, na qual afirma que a jovem foi assassinada vítima de “bala perdida”. Grávida de quatro (4) meses, a garota passeava com sua vó quando foram abordadas com disparos. Ao relatar a situação, a avó de Katlen relata que “Quando passamos, a rua estava tranquila. Foi tudo muito de repente, a minha neta caiu, quando olhei era polícia de tudo que é lado”.

A polícia por sua vez relata que foi um confronto entre criminosos, porém a cápsula da bala que atingiu a jovem não foi encontrada. Sendo assim Ketlen é a mais nova vítima de um país que mata cada vez mais negros, segundo dados do Atlas da violência de 2020. Na qual destaca que o índice de pessoas negras vítimas de homicídios cresceu consideravelmente.

“Quando a gente fala de violência no Brasil, a desigualdade racial e o racismo vêm à tona”. Diz a BBC News Brasil Samira Bueno, diretora-executiva do FBSP. “E isso é ainda mais exacerbado em operações policiais”

Sem querer generalizar, a violência vinda de policiais, vêm se tornando destaque nas grandes mídias, as agressões e assassinatos em alguns casos estão se tornando frequentes, e os dados jornalísticos mostram que os lugares que são mais propícios a essa situação é a favela, onde está localizado a população que vivem em situação de extrema pobreza.

O preconceito faz com que as Pessoas em Situação de Rua fiquem “invisíveis” aos olhos da sociedade, se tornando visíveis somente quando alguém se sente incomodado com sua presença. São excluídas do convívio social e por diversas vezes são privados de seus direitos básicos como saúde, alimentação, educação, moradia e o próprio direito de ir e vir.

Essa invisibilidade causa também a exclusão social. Quando um indivíduo é excluído socialmente ou economicamente ele se torna mais frágil dentro da ordem burguesa. Essa fragilidade está intimamente ligada à condição de pobreza, pois ela pode excluir essa parcela da população dos serviços públicos, afetando ainda mais a garantia de seus direitos.

Não é difícil encontrar situações em que pessoas não reconhecem seus direitos, tratando os serviços assistenciais e benefícios sociais apenas como uma troca de favores políticos.

A negação da cidadania na qual o sujeito sofre a exclusão social, é um processo que atinge principalmente as pessoas que estão as margens da pobreza, ampliando assim as desigualdades sociais inerentes ao capitalismo. A sociedade tende a culpabilizar o próprio indivíduo por sua condição de excluído. “Essas pessoas são rejeitadas porque não corresponde ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e não são compatíveis com a economia capitalista” (SOUZA, 2017, p. 27).

Raichelis (2007), apresenta uma explanação sobre a População em Situação de Rua em Belo Horizonte, e os profissionais que lidam com a presente situação, demonstrando a preocupação com a exclusão social. Pois muitas vezes a sociedade implica em dar oportunidade a quem necessita, seja por receio, ou até mesmo por preconceito.

O mercado de trabalho é um ambiente seletivo e com a falta de oportunidade muitas pessoas não conseguem evoluir profissionalmente, e então o índice de desemprego e de pobreza aumenta continuamente.

Não há como definir um limite preciso entre o “incluído” e o “excluído”. Não se trata de um conceito mensurável, mas de uma situação que envolve a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem, e principalmente, a falta de voz. (MARICATO, 1994, p. 51).

Ressaltando que milhares de pessoas que estão nas ruas tem seus motivos. E na maioria das vezes acaba sendo um refúgio estar ali, as razões que levam a continuar, com certeza é bem melhor do que voltar para casa, ou ir para um ambiente que privam sua liberdade. Muitas vezes ir para as ruas significa a conquista da liberdade e de novas possibilidades na busca de outra forma de sobrevivência.

Com a chegada da pandemia que ainda está em curso, houve ainda mais, o aumento da desigualdade social, e infelizmente essa mazela atinge a população pobre, a mesma que não possui meios para se protegerem do vírus.

O portal de notícias g1 de São Paulo, (2021) traz a realidade no período pandêmico na cidade, na qual 13 pessoas em situação de rua foram encontradas mortas, e o motivo dessas mortes teria sido o frio na grande cidade. A partir daí uma

parcela da população que se encontram na mesma situação se juntaram e lançaram uma carta pedindo por políticas públicas mais eficazes voltadas para os mesmos.

Segundo Capelato (1988), é fato que o poder de influência da mídia é grande, e traz resultados que contribuem tanto para a interação quanto para a marginalização. Os materiais midiáticos são um importante instrumento de ampliação de direitos, porém se fossem usados no fornecimento de ferramentas para que jornalistas, que são fontes de informação, e atores sociais em geral, pudessem contribuir para uma cobertura ampliada e qualificada destas ações, fortalecendo a presença da proteção integrada a todos que necessitam.

O jornal Brasil de Fato (2021) destaca que durante a pandemia, a ausência de políticas públicas e o acesso aos direitos sociais são ainda mais letais. As pessoas que se encontram em risco social são as que mais sentem o impacto da ausência de políticas eficazes. O jornal ressalta que as pessoas que estão em situação de rua no Brasil, está tão a margem das políticas públicas que até os dados básicos são desconhecidos, ou de difícil acesso, como por exemplo os números de pessoas em situação de rua que foram infectadas, ou até mesmo vieram a óbito, por causa desse vírus.

Segundo o jornal Brasil de Fato (2021), ressalta que se houver a contagem real dessa população, haverá cobrança de políticas públicas. Destacando ainda que quando o governo é questionado sobre esse “apagão estatístico” o argumento é que não há metodologia eficaz para fazer um levantamento sobre o número de pessoas que estão em situação de rua, e por consequência as suas necessidades.

3.1 Proteção social e a pandemia: os reflexos que afetam a População em Situação de Rua

De maneira geral a proteção social tem por objetivo prevenir situações de risco social, seus serviços é de promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento das necessidades básicas.

A proteção social é um direito que está previsto na Constituição Federal de 1988, e seu principal objetivo é de prover a garantia dos mínimos sociais. Sendo essencial para assegurar as necessidades sociais, visa a redução dos riscos e das fragilidades sociais existentes em nossa sociedade, dessa forma a proteção social contribui para o bem-estar da população.

Em relação às Pessoas em Situação de Rua, sobretudo, é urgente admitirmos a moradia como direito fundamental, como já previsto na Constituição Federal, e fortalecermos a assistência social enquanto direito. Ademais, é necessário promover o acesso dessa população a todos os outros espaços da cidade e serviços nos âmbitos da saúde, saneamento básico e cultura, por exemplo. (SANTOS, 2021, p. 65).

O crescente número de pessoas em situação de rua são consequências causadas pelo capitalismo, na qual produz desigualdade e exclusão. Neste contexto, as ações deveriam atender indivíduos e grupos que dessas políticas necessitarem. Contudo, essa população ainda requer muita atenção, para que se promova melhores condições de saúde, emprego, habitação e integração.

Os meios de proteção do Estado que deveria atender as pessoas mais necessitadas, são voltados para a garantia dos direitos individuais, protegendo principalmente a propriedade privada, ou seja, trabalhando apenas para parcela da população que possui algum tipo de bem material ou que participa do meio de produção.

Ao se tratar de proteção social, existe a proteção social especial, de média complexidade e de alta complexidade que visa os serviços de acolhimento, possibilitando desenvolver condições para a própria independência e autonomia do indivíduo.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, p. 37) a proteção social especial (PSE), possui como objetivo contribuir para a proteção social voltadas para as famílias e indivíduos nas situações de risco social e pessoal, por violações de direitos visando a superação dessas situações [...] Atua, portanto, junto a uma realidade multifacetada, demandando intervenções complexas e exigindo maior presença, flexibilidade e articulações com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos [...].

São várias as situações em que demandam atendimento e acompanhamento especializado no âmbito da PSE do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre elas estão:

Violência psicológica, física, e negligência, abandono, violência sexual, histórico de vida envolvendo tráfico de pessoas, situação de rua, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, afastamento do convívio familiar dentre outros. (BRASIL, 2011, p. 37).

Em relação a população em situação de rua a PSE trabalha com a construção de novos projetos e trajetórias de vidas, visando a possibilidade das saídas das ruas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos na sociedade brasileira.

Aqueles que não estão inseridos no sistema capitalista, além de ser marginalizados sofrem com a repressão policial, que é o caso da população em situação de rua, sendo assim é perceptível que as políticas sociais para atender as pessoas necessitadas não estão sendo prioridades. E na atual conjuntura a ausência de políticas públicas impedem a superação de risco social.

É importante lembrar que quem se encontra nessa situação, são culpabilizadas por estarem nessa condição. O que de fato não é culpa do indivíduo, e nesse momento cabe a intervenção dos profissionais e do Estado juntamente com as Políticas Sociais para garantir o mínimo para a dignidade do ser humano.

A População em Situação de Rua necessita de um olhar atento, para que seja efetuado os serviços de atenção voltados para os mesmos, e claro, o trabalho em equipe é um dos principais fatores que articulam a maneira de como será concretizada as demandas necessárias. Pois pode auxiliar na compreensão da realidade de cada pessoa, tendo em vista que cada questão tem suas particularidades.

É importante reconhecer a incompletude da ação institucional e a interdependência entre as políticas para se assegurar o atendimento integral das pessoas em situação de rua, para além das garantias da assistência social. Desse modo, aponta-se a necessidade do trabalho em rede que pressupõe uma atuação integrada, por meio de ofertas que, articuladas, poderão conduzir a respostas mais efetivas, tendo em vista a complexidade das situações de riscos e violações de direitos vivenciadas pela população em situação de rua. (BRASIL, 1988, p. 14).

O Serviço Social¹², é uma profissão que lida diariamente com as mazelas da sociedade, denominada questão social, e o profissional está inserido nessa relação de trabalho, imposta pelo capital.

Como trabalhador assalariado e profissional voltado ao atendimento das expressões mais extremas da questão social, o assistente social vincula-se duplamente a esse processo de barbarização da vida (BARROCO; TERRA, 2012, p. 65).

¹² O surgimento do Serviço Social está intrinsecamente relacionado com as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, com o projeto de recristianização da Igreja Católica e a ação de grupos, classes e instituições que integraram essas transformações. (PIANA, 2009, p. 88).

Santos (2021, p. 65) ressalta que os profissionais e os usuários sofrem com a precarização das políticas públicas, e suas relações com o trabalho. Pautado no Projeto Ético Político e no Código de Ética, o Assistente Social se compromete com a profissão, visando o enfrentamento das desigualdades causadas pelo sistema capitalista, viabilizando o acesso aos direitos humanos.

Segundo Santos (2021, p. 51), com o crescimento do desemprego, o sucateamento das políticas públicas, as reformas trabalhista e previdenciária, a retirada de direitos dos trabalhadores, a ausência de política habitacional, configura-se, cada vez mais, a desresponsabilização do Estado.

A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por supostas motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado, e não à responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à sociedade civil. (IAMAMOTO, 2019, p. 39).

Com a pandemia causadas pelo coronavírus, surge a clareza do que já ocorria anteriormente, sendo a gravidade da situação vivida por essa população e a insuficiência das políticas de atendimento, para garantir direitos essenciais em relação a vida, saúde, moradia e trabalho.

No Brasil as desigualdades sociais são gritantes, conseqüentemente com o coronavírus se alastrando, os mais afetados obviamente é quem estar em situação de risco social. Para a população em situação de rua é praticamente impossível manter o isolamento social e a higienização, que é uma maneira de evitar o contágio, orientações essas defendida pelos profissionais da saúde.

Embora se considere que o contágio pela Covid 19, não escolhe classe social, gênero, e raça, é fato que a pandemia não afeta a todos da mesma maneira. São as famílias pobres, miseráveis, as populações negras, quilombolas e indígenas, idosos, população em situação de rua, LGBTQI+, imigrantes pessoas em privação de liberdade, os setores mais marginalizados nessa sociedade capitalista, que tem uma maior incidência de contaminação e morte por causa da Covid 19, pelas suas condições concretas de vida, trabalho e moradia, isolamento social, e acesso para tratamentos nos serviços públicos. (SANTOS; WIESE, 2021, p. 11).

Santos e Wiese (2021), ainda afirma que diante da pandemia da Covid 19, o que se constata é a frágil proteção social que caracteriza a seguridade social brasileira, mesmo que garantida constitucionalmente.

Marcados pela extrema pobreza, sem lugar para morar e sem meios de se protegerem contra o vírus. As políticas sociais são totalmente necessárias, principalmente nesse momento, possibilitando-os a terem acesso aos direitos fundamentais.

Santos (2011, p. 15) traz um conceito sobre Políticas Sociais e a define como “[...] ações governamentais desenvolvidas em conjunto, por meio de programas e projetos que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida aos cidadãos, de forma equânime e justa [...]”

Atualmente com a chegada da pandemia o índice de pobreza aumentou, o desemprego cresceu, e as políticas de acesso aos serviços públicos são burocráticas e fragmentadas.

O auxílio emergencial surgiu para tentar auxiliar as famílias que se encontram em situações de pobreza, com isso existem critérios de acesso. Para a população em situação de rua é bem pior. Apesar de terem direito, eles não possuem meios de acessá-los, ou até mesmo não tem acesso as informações que levam a procurar os serviços.

As principais dificuldades é a falta ou irregularidade da documentação, como por exemplo o comprovante de residência, documentos pessoais, a falta de aparelhos eletrônicos como celular, e a dificuldades para acessar os sistemas e solicitar o auxílio.

O jornal Extra traz uma reportagem em que uma pessoa em situação de rua teve seu benefício cortado. Para receber uma parcela teve a ajuda de um padre da região, e na segunda parcela descobriu que haviam cortado seu benefício.

“Falaram que eu estava preso, mas já estou na rua a oito anos. Vou para o fórum certinho a cada três meses, não dou trabalho para ninguém, faço minha reciclagem. É uma injustiça, foi um abalo muito grande por que esse dinheiro ajudaria bastante” lamentou o catador que têm sua esposa e quatro filhos, com quem divide um “barraquinho”. (Informação verbal)¹³.

Ele contou que ganhava cerca de R\$ 30 reais por dia como reciclador, mas com a pandemia o valor chega a cair pela metade. Com isso tem recorrido a ajuda de um padre, que distribui cestas básicas e itens de higiene a pessoas em situação de rua.

¹³ Disponível em <><https://extra.globo.com/economia/a-margem-de-qualquer-ajuda-pessoas-em-situacao-de-rua-tem-auxilio-emergencial-cortado-em-meio-pandemia-24533869.html> acesso em 24 de março de 2021).

“Eles ficam muito chocados por que passa por toda experiência de alugar um lugar para morar numa pensão e depois têm que voltar para a rua alguns compraram pano para vender, outros chegaram a comprar carroças, parceladas em duas vezes, para trabalharem como recicladores. Ficam desesperados. É uma frustração terrível, é um impacto muito corrosivo que esse cancelamento do auxílio têm para essas pessoas. É como se o governo desse o doce, e na hora que a pessoas está comendo, dessem um tapa na mão”. (Informação verbal)¹⁴.

E esse é apenas um dos descasos que a população pobre sofre, e o pior é não ter as soluções dos problemas. A política social tem seu caráter universal, atendendo quem dela necessitar, porém na realidade está bem longe de ser totalmente eficaz.

Nem sempre é possível ser amparados pelas políticas sociais, e principalmente nos dias atuais, na qual a atual conjuntura está fragmentando, e sua intenção é de privatizar o acesso aos direitos fundamentais da população brasileira, mesmo sabendo que existe grande parcela da população que necessita delas para ter o mínimo para sua sobrevivência.

A persistência da pobreza se deve ao alto índice de desemprego, e a política social é uma tentativa de amparar quem está necessitando. No entanto é notório que está longe de alcançar todos que precisam.

¹⁴ Disponível em <<https://extra.globo.com/economia/a-margem-de-qualquer-ajuda-pessoas-em-situacao-de-rua-tem-auxilio-emergencial-cortado-em-meio-pandemia-24533869.html>> acesso em 24 de março de 2021).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente trabalho é realizado a partir de uma pesquisa teórica e bibliográfica, no período de março de 2020 a outubro de 2021, e é possível destacar concepções de autores relacionadas ao assunto proposto. Abordando os principais jornais que relatam sobre a população em situação de rua, levando em consideração que a mídia é um meio de influência no processo de criminalização dos mesmos.

A natureza da pesquisa é qualitativa, para que se possa compreender o tema proposto. Os instrumentos utilizados como coleta de dados são: livros, cartilhas, sites, reportagens, teses, dissertações e jornais. Foram abordados jornais que traz reportagens sobre a temática, como por exemplo: Brasil de Fato, jornal Extra, e pelo portal de notícias g1 que são jornais atuais. Relacionando-os com a atual conjuntura brasileira, uma vez que implica diretamente com a precarização e fragmentação das Políticas Sociais

Vale ressaltar que é importante mostrar o outro lado dessa população, já que muitas vezes os fatos acabam sendo distorcidos pela grande mídia, com relatos parciais, cheios de estereótipos, de estigmas e preconceitos. Para realizar o estudo, se optou para a pesquisa teórico e bibliográfica, com o intuito de potencializar e enriquecer o trabalho, pois as duas se utilizam de dados que já existiam antes, embora exista diferença, pois a segunda se norteia através de fontes secundárias, ou seja, materiais que já foram elaborados e publicados como, por exemplo: livros, artigos científicos etc., desta forma:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas quer gravadas. (MARCONE; LAKATOS, 2002, p. 183).

A pesquisa se caracterizou como explicativa, preocupando-se em trazer contextualizações do período escravista, possibilitando fazer uma reflexão sobre o mesmo. Para que se possa conhecer o que de fato acontece em nossa sociedade, que vêm colhendo as consequências desse período. Segundo Gil (2008), pode se entender que são pesquisas que centram em identificar o que de fato aconteceu para

determinada ocorrência dos fenômenos, e representa uma das pesquisas que mais traz resposta da realidade, pois vai explicar a razão, o porquê de tanto preconceito em relação a população negra.

No que se trata da fundamentação teórica, a mesma teve como suporte as contribuições dos seguintes autores elencados: Abreu (2017); Alves (2012); Carvalho (2003); Cortizo (2019); Cunha (2009); Faustino (2012); Fernandes (2008); Gohn (2011); Gomes (2016); Gonçalves (2017); Guareschi (2007); Iamamoto (2019) e (2001); Machado (2014); Maricato (1994); Marx (1984); Melo (2016); Martinez (2016); Nascimento (2010); Nina (2010); Nonato (2016); Oliveira (2001); Pacheco (2006); Pereira (2010); Pinsky (1993); Piana (2009); Reis (1996); Santos (2018); Santos (2011); Santos (2012); Souza (2017); Raichelis (2007); Sgorlon (2021); Silva (2009); Silva (2018); Sodré (1976); Schwarcz (2015); Vieira (2004), entre outros, incluindo sites, jornais, reportagens e ainda dados do MDS e do IBGE.

Após a fase da busca, foram dedicados diversos dias para muitas leituras, nas quais se buscava estudos que pudessem responder a problemática da pesquisa, e no decorrer desse período foram selecionados os conteúdos, acrescentando ainda o período pandêmico, que é uma realidade vivenciada, e a população em situação de rua sofre ainda mais com a ausência de meios de se protegerem contra o vírus.

4.1 Apresentação e análise dos resultados

O trabalho ora apresentado se norteou a partir do interesse em saber como está a população em situação de rua no Brasil, uma vez que os mesmos são invisibilizados pela sociedade e pelo Estado. Apresentamos aqui como essas pessoas “sobrevivem” a essa sociedade capitalista, e analisando a contextualização da população é possível entender que ainda hoje sofrem consequências do passado.

Os dados coletados a partir da mídia trás a clareza de como estar as pessoas que se encontram nessa condição, e como esse governo as tratam, uma vez que seus direitos estão garantidos constitucionalmente, porém o descaso com a população é exorbitante.

Com a chegada da pandemia de covid 19, o que já era ruim, piorou, as desigualdades aumentaram, ou melhor dizendo começaram a aparecer, as famílias começam a sentir o impacto na vida e em sua tentativa de sobrevivência, afetando-as no acréscimo do desemprego, na pobreza, na inflação, que estar disparada, e a falta

de amparo das políticas públicas. Consequentemente a população em situação de rua que já não tinha nada, continua invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade, ficando as margens da pobreza e das mazelas sociais.

Com a crise do coronavírus, a realidade do Brasil veio a ser exposta, não totalmente, mas de grande parte da população, no entanto existem aquelas que não tem dados estatísticos sobre elas, que são invisíveis aos olhos da sociedade e principalmente do Estado.

A marginalização e a culpabilização da mídia sobre a população em situação de rua são tão visíveis e frequentes que é comum vermos reportagens com temas que evidenciam que o sujeito é o principal responsável por sua condição de vida, transformando a vítima das mazelas sociais, como sendo culpada por estar nessa condição.

Na maioria dos casos quando aparece alguma reportagem voltada para a população em situação de rua, é simplesmente quando foram vítimas de assassinatos ou alguém estar incomodado com sua presença.

O quadro a seguir apresenta uma síntese das reportagens, e das palavras chaves, utilizadas na pesquisa. São reportagens midiáticas na qual traz a realidade de grande parte da população em situação de rua no Brasil.

Quadro 1 - Apresentação das reportagens, e das palavras chaves, utilizadas na pesquisa

Reportagens	Palavras chaves
Mídia representa pessoas em situação de rua de forma negativa.	Mídia, estereótipos, preconceito.
Ausência de políticas públicas efetivas para população de rua.	Negação, negligência, precarização.
À margem de qualquer ajuda: pessoas em situação de rua têm auxílio emergencial cortado em meio a pandemia.	Negação do direito, e ausência do Estado.
Katlen Romeu: negros são 3 vezes mais vitimados por homicídios do que brancos.	Negros, homicídios, violência.
Covid-19 escancara as vulnerabilidades de pessoas em situação de rua.	Pandemia, risco social, pobreza.

Fonte: Dados da pesquisa.

As reportagens em questão foram coletadas em sites e jornais, e sua principal função é trazer as notícias que diz respeito a população em situação de rua no Brasil. Como já apresentado no trabalho, a mídia possui seu lado positivo e negativo, e principalmente, para o capitalismo, a mídia privada se torna um importante formador de opinião, defendendo os interesses do capital.

As reportagens têm consigo a realidade da população em situação de rua, sendo analisado em um contexto pandêmico, na qual grande parte dessa população não possui meios de se protegerem contra o vírus da covid-19, já que a orientação dada pelo ministério da saúde é de ficar em casa, e manter a higienização das mãos.

Os dados coletados, também faz uma análise sobre a violência, atingindo principalmente a população negra e pobre, onde nas ruas o índice de homicídios e violência física tem crescido nos últimos anos. Alguns jornais destaca a ausência do Estado, e como essas pessoas estão sendo negligenciada aos meios de proteção social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da população em situação de rua é oriunda de um passado escravista e opressor, na qual possui em sua marca a extrema pobreza, a partir do presente trabalho, é possível perceber quem são essas pessoas que estão as margens das mazelas sociais. E isso foi possível através de concepções, reflexões de autores e pesquisadores sobre o assunto. Seguindo de um levantamento do acervo jornalístico escrito, dos principais veículos de informação no Brasil.

Foram tantas lutas para se chegar até a abolição, uma luta contínua que até hoje ela permanece, no que diz respeito a conquista dos direitos sociais, a luta por espaço, por uma vida digna e de qualidade, e por respeito. Com o passar dos anos alguns direitos foram conquistados, no entanto é perceptível que ainda deixam a desejar em relação a sua efetivação.

O fim da escravidão possibilitou aos negros alforria do trabalho escravo, porém não foram proporcionados a eles condições mínimas de sobrevivência, o Estado não interviu de forma que eles viessem a se manter. E por isso voltaram a trabalhar de maneira precária, por um baixo valor ou simplesmente por terem o que comer, e hoje continua sendo escravo, porém disfarçado de trabalho, tendo em vista as condições desumanas que as pessoas se submetem, principalmente o trabalhador informal e quem estar em situação de subemprego.

Os dados que foram coletados destacam a relação capital e trabalho, relação essa que atinge diretamente a classe trabalhadora, uma vez que os mesmos são explorados através da mão de obra barata, na qual os capitalistas visam sempre o lucro, ou seja, a classe trabalhadora trabalha mais, ganha menos, e o capitalista possui o alto índice de produção.

Nesse contexto de exploração, surge a desigualdade social, sendo uma classe explorada pela outra, no entanto uma que detém do meio de produção e a outra a que produz. O trabalhador é subordinado ao comando do capital, ou seja, não é sua escolha voluntária estar ali, mas por uma necessidade de sobrevivência imposta, obrigando-o a exercer determinadas funções, mesmo que seja desumana, porém é o único meio de sua subsistência. Entretanto quem não tem os meios de produção é obrigado a vender sua força de trabalho, aceitando as piores condições possíveis da precarização do mesmo.

Portanto fazendo um apanhado geral de quem é a população que se encontra hoje em situação de rua, são em sua maioria os negros, e o motivo na qual estão nessa situação é fruto das desigualdades sociais e do capitalismo. Motivo esse que tem toda uma trajetória de exploração e opressão, sendo a situação de pobreza como fator principal de tal condição.

Vale ressaltar que através do levantamento da pesquisa que se sucedeu por meio da mídia como reportagens, jornais, é evidenciado que essa população só aparece quando acontece uma tragédia ou quando alguém se sente incomodados com sua presença. Considerando que a mídia só mostra o que é de seu interesse, e com isso fica claro que a mesma não tem contribuído com reflexões frente a sociedade no que diz respeito ao real estado da população.

O trabalho resultou em uma análise reflexiva a partir de autores que discutem o tema, trazendo consigo um apanhado geral do processo de escravidão no Brasil, e principalmente, as consequências que afetam a população negra e pobre.

E se tratando da mídia como um meio de comunicação pode-se destacar a importância da mesma. Logicamente que existe a que de fato faz seu trabalho de forma a tentar mostrar para o mundo a real situação brasileira, como também existe o outro lado, que simplesmente omite os fatos afetando a população, no sentido a defender os interesses do capital.

O estudo do tema poderá ser aprofundado posteriormente, sendo um estudo contínuo, que possibilite a construção de um artigo por exemplo, comparando-os com dados atuais, podendo até ter a participação de instituições relatando sobre os serviços que as mesmas oferecem para a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ABREU, Deivid; SALVADOR, Lizandra Vaz. **Pessoas em Situação de Rua, Exclusão Social e Rualização. Reflexões para o Serviço Social.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC) – 27 a 29 de outubro de 2015.

ALVES, Raquel Sara. **Desafios para o atendimento à população em situação de rua em Florianópolis:** um estudo do núcleo de apoio à família-rodoviário. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Serviço Social. Florianópolis, 2012.

AZEVÊDO, Thayanna Silva de **Pobreza Marginalização e Segregação Socioespacial:** uma visão teórica das periferias urbanas. 26 f. Monografia (Especialização em Geografia e território: planejamento urbano, rural e ambiental), Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades – Departamento de Geografia - Guarabira -PB, 2012.

BORTOLI, Suzane Rozendo, **Mídia representa as pessoas em Situação de Rua de forma negativa.** Disponível <><https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/midia-representa-pessoas-em-situacao-de-rua-de-forma-negativa/>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. "**Modalidades de pesquisa:** um estudo introdutório". Pedagogia em foco: fundamentos da educação. (2002).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Movimento Nacional da População de Rua. **Conhecer para lutar.** 2010. Disponível <>https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016.** Disponível <>https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Auxílio emergencial para a população em situação de rua durante a pandemia da covid-19.** Brasília: MDS, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. "**Lei Orgânica de Assistência Social Anotada** (L. O. A. S.). Brasília: ASCOM, 2009.
CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Apco. Planeta": apontamentos sobre a invisibilidade dos negros no RS e seus reflexos no campo da cidadania. **Humanas**, Porto Alegre, v. 26, p. 27, 2005.

COLLUCI, Cláudia. 2020.

Disponível<><https://www.folhape.com.br/noticias/desigualdade-racial-no-brasil-comeca-no-utero/162817/>. Acesso em 07 de julho de 2021.

CORTIZO, Roberta Mélega. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?** Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga, RODRIGUES, Mônica. **Rua Aprendendo a Contar**. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; 2009.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DOMINGUES JR., P. L. **População de rua, cooperativa e construção de uma cidadania: um estudo de caso sobre a COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda**. 158 f. 1998. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FAUSTINO, Devison Mendes. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. **PUCviva**, São Paulo, no 39, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho. Maio 2011.

GOMES, Dalila Fernandes. ELIAS, Flávia Tavares Silva. **Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental,** 2016.

GONÇALVES, Guilherme Leite. "Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito." **Revista Direito e Práxis**, n. 8 2017.

GUARESCHI, Pedrinho. Mídia e democracia: o quarto poder versus o quinto poder. IN: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul. dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; YAZBEK, Maria Carmelita (org.) **Serviço social na história: América Latina, África e Europa.** São Paulo: Cortez, 2019

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. No 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

MACHADO, Aparecida Marli. **Os Desafios da Escola Pública Paraense na perspectiva do Professor PDE,** 2014

MARICATO, E. Exclusão social e reforma urbana. **Propostas**, Rio de Janeiro, n.62, p.51-56, set. 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, Amostras e técnicas de pesquisa, Elaboração, análise e interpretação de dados.** 5 ed. São Paulo: atlas, 2002.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1984.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade.** São Paulo, n. 16, maio/ago. 2004.

MELO, Tomás. "**Da rua pra rua**": novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua." *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos, EdUFSCAR (2016):

MIRANDA, Gustavo Lima. *A história da evolução da mídia no Brasil e no mundo*. 2007.

NASCIMENTO, André José; MEDEIROS, Maria da Glória. **O Fim da Escravidão e suas consequências**, novembro de 2010.

NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje**: aspectos jurídicos e econômicos. Brasília: 2010.

NONATO, Domingos do Nascimento; RAIOL; Raimundo Wilson Gama **Invisíveis Sociais**: A Negação do Direito à Cidade à População em Situação de Rua. Pará, dezembro 2016.

OLIVEIRA, Serra Elizabeth, **Movimentos Sociais e Educação Popular no Brasil Urbano Industrial**. 2001.

PACHECO, Joselito da Silva. O problema do desemprego da desigualdade e violência na contemporaneidade. In: **Ser Social**, Brasília, 2006.

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. Criminalização da mendicância e a realidade da população de rua no Brasil. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, 2010.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

PIANA, Maria Cristina. As Políticas Sociais no Contexto Brasileiro: Natureza e Desenvolvimento. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RAULINO, G. D. B. **Relações entre mídia e lazer**: o capitalismo, os meios e a apropriação do tempo livre nas sociedades industrial e pós-industrial. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia Natal-RN, 2013.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Alexandre da Klaumann. **Moradores de Rua**, um enfoque histórico e sócio assistencial da População em Situação de Rua no Brasil: a realidade do centro pop de rio do sul/sc

RAMOS, Marília Patta. **Racismo e Segregação Racial: Uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos**. In: VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2002, Porto-Portugal.
Disponível em <>file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/7083.pdf

RAICHELIS, Raquel. "O trabalho do assistente social na esfera estatal." *Serviço social* (2009): 377-391. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 90, jun., 2007.

SANTOS, Camila Cristina dos: **Pandemia e pessoas em situação de rua: reflexões sobre a crise do coronavírus e do capital**.

SANTOS, Elisângela da Silva, NASCIMENTO, Dayane **Infância e Cidadania em Carolina de Jesus e Sandra Mara Herzer**. Volume, 14, n.1, ano, 2018

SANTOS, Gilmar Trindade. **Políticas Públicas Para a População em Situação de Rua**, Brasília, 2011.

SANTOS, Josiane Soares **"Questão Social" Particularidades no Brasil**. São Paulo, Cortez 2012.

SANTOS, Kétlen. Os Estereótipos Acerca da População em Situação de Rua: Reflexões Realizadas a Partir de Situações Vivenciadas no Estágio em EJA, **Revista Escritos e Escritas na EJA**, nº8, 2017.

DOS SANTOS, Rosemeire; WIESE, Michelly Laurita. SUS E PROTEÇÃO SOCIAL: DESAFIOS POSTOS ÀS FAMÍLIAS FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 35, p. 196-209, 2021.

SOUZA, Caroline Santos de. **Significados da Rede de Atenção Psicossocial para Pessoas em Situação de Rua em Tratamento de álcool e outras Drogas em Curitiba**. 2017. Dissertação (Mestrado em psicologia). Universidade Tuiuti Do Paraná. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e da mídia. EDIÇÃO. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva. MACHADO, Vanessa Rombola. **Debates da Quarentena: elementos para reflexões no Serviço Social.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo. Cortez, 2009.

SILVA, Sabrina Kezia. **A População em Situação de Rua e a Saúde Mental: Um Relato de Experiência,** Minas Gerais 2018.

SODRÉ. Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert. Comunicação, mídia e tecnologia. EDIÇÃO. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

VIEIRA, E. **Os Direitos Sociais e a Política Social.** São Paulo: Cortez, 2004. Capítulos II e IV.